



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0296/18	DATA: 15/05/2018	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 14h33min	TÉRMINO: 18h41min	PÁGINAS: 87

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WALTER FELDMAN - Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Futebol — CBF.
ALBERTO MURRAY NETO - Presidente do Conselho de Ética do Comitê Olímpico do Brasil — COB.
JOANNA MARANHÃO - Atleta de natação.
LEONARDO ANDREOTTI PAULO DE OLIVEIRA - Gerente Jurídico do Comitê Brasileiro de Clubes.
LARA DINGER VIDEIRA - Diretora da Secretária Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte.
LUCIANA SANTANA REIS - Assessora de Comunicação do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (CEDECA/Bahia).
ROSANE CARNEIRO - Ex-Técnica da Seleção Brasileira Adulta de Natação e empresária de gestão de atletas.
HELGA JUCÁ - Representante da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres.
ALEKSANDER MONTRIMAS - Ex-atleta profissional de futebol.
FABRÍCIO CORREIA - Secretário de Cultura, Esporte e Lazer do Município de Caçapava, Estado de São Paulo.

SUMÁRIO

Debate acerca do Projeto de Lei nº 9.622, de 2018, sobre recebimento de patrocínio de bancos públicos pelos clubes de futebol e associações esportivas à adoção de medidas de proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve exibição de vídeo.
Houve participação por videoconferência.
Há palavra ou expressão inaudível.
Houve intervenção inaudível.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Esta reunião de audiência pública está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 211, de 2018, de autoria do Deputado Roberto Alves, e visa a debater o Projeto de Lei nº 9.622, de 2018, que condiciona o recebimento de patrocínio de bancos públicos pelos clubes de futebol e associações esportivas à adoção de medidas de proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual.

Antes de dar início às apresentações, convido para tomar lugar à mesa o Sr. Walter Feldman, Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Futebol — CBF. (*Palmas.*) Seja bem-vindo, Secretário. Ele também é ex-Deputado Federal e esteve por muitos mandatos nesta Casa.

Convido também o Sr. Alberto Murray Neto, Presidente do Conselho de Ética do Comitê Olímpico do Brasil — COB. (*Palmas.*) Seja bem-vindo, Presidente!

Convido também para fazer parte desta Mesa a Sra. Joanna Maranhão, atleta da natação. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Leonardo Andreotti Paulo de Oliveira, Gerente Jurídico do Comitê Brasileiro de Clubes.

Tendo em vista a falta de espaço para todos na mesa, os demais convidados sentarão nas primeiras fileiras. Devo esclarecer, no entanto, que S.Sas. estão, de fato, fazendo parte desta Mesa. Eu gostaria de anunciar a presença destes convidados: Sra. Lara Denger Videira, Diretora da Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor; Sra. Luciana Santana Reis, Assessora de Comunicação do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan — CEDECA/BA; Sra. Rosane Carneiro, empresária.

Também participará de nossa audiência, via *web* conferência, o Sr. Alê Montrimas, do Sindicato de Atletas de São Paulo.

Informo ainda que foi convidada para participar desta audiência a Sra. Sonia Román, psicóloga, que justificou a sua ausência.

Comunico que a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres também foi convidada, mas não confirmou nem justificou a ausência.

Antes de passar à exposição dos nossos convidados, desejo informá-los sobre as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública.



O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 10 minutos para as suas preleções, não podendo ser aparteado. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto de exposição, pelo prazo de 3 minutos. Será permitida a réplica de qualquer participante que seja citado durante os debates.

Comunico também que esta audiência pública está sendo transmitida pelo e-Democracia, com *link* disponível na página da Comissão do Esporte, no Portal da Câmara, possibilitando, assim, a participação popular por meio de perguntas dirigidas a esta Comissão.

Aqueles presentes neste plenário também poderão fazer perguntas por meio de formulário disponível com a equipe da Secretaria.

Gostaria de lembrar às senhoras e aos senhores que esta audiência pública tem por objetivo discutir os meandros do Projeto de Lei nº 9.622, de 2018, que propõe alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente, condicionando os contratos de patrocínio entre bancos públicos e clubes de futebol ao cumprimento de medidas preventivas contra o abuso sexual infantil. Essa obrigatoriedade se restringe aos clubes de futebol. Todavia, o Poder Legislativo deve também pensar na proteção física e psicológica dos atletas das modalidades olímpicas e não olímpicas que estão em atividade no Brasil.

Por esta razão, nós convidamos o Comitê Olímpico do Brasil — COB para participar desta discussão tão necessária nos dias atuais. Queremos ouvir também a opinião de especialistas e atletas, como a nadadora olímpica Joanna Maranhão, que se encontra presente.

Iremos ouvir a Confederação Brasileira de Futebol — CBF, que mais uma vez vem a esta Casa para discutir o abuso sexual infantil nas categorias de base dos clubes.

Como Presidente da Frente Parlamentar contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, eu quero mediar não apenas um debate sobre o abuso sexual infantil no esporte brasileiro, mas gostaria que pudéssemos sair deste plenário, no dia de hoje, com ideias e soluções que resultem em mais proteção às crianças e



adolescentes que sonham em subir no degrau mais alto do pódio, representando o nosso País.

Erradicar o abuso sexual infantil no esporte é lutar pelo futuro das nossas crianças.

Agradeço a todos pela atenção.

Passo a palavra ao Sr. Secretário Walter Feldman, por 10 minutos.

O SR. WALTER FELDMAN - Cumprimento os Deputados Evandro Roman e Roberto Alves. Muito obrigado pelo convite, que, mais uma vez, é uma oportunidade de vir a esta Casa prestar informações e esclarecimentos sobre o trabalho que a CBF vem realizando.

Cumprimento meu companheiro e amigo de trabalho Vandenbergue Sobreira, Diretor de Assuntos Legislativos, que comanda a CBF aqui em Brasília.

Cumprimento os membros da Mesa, que, junto comigo, farão uma exposição para posterior debate com o Plenário, já que é uma audiência pública — queremos muito a contribuição.

A CBF passa por um processo, já há 3 anos, de transformação radical no seu sistema de governança, adotando as metodologias mais modernas em relação ao *compliance*, gestão de riscos, e, particularmente, avançando na área social e de responsabilidade ambiental.

Sabemos que a quase totalidade das crianças que hoje se profissionalizaram vêm de estruturas carentes do sistema de organização da vida brasileira, participam de escolinhas de futebol, depois das escolas e dos clubes esportivos.

Não há ainda no Brasil um sistema de proteção adequado, como já existe, há muitos anos, em países como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha. Estamos estudando profundamente esses sistemas para avaliar o acúmulo que tem ocorrido nessa área, já que medidas pontuais, campanhas educativas, alertas periódicos ou recebimento de denúncias não nos parecem ser aquilo que criaria um sistema mais avançado de proteção permanente, particularmente para prever e prevenir acontecimentos dessa gravidade.

Nós temos trabalhado há 2 anos nessa área. Acredito que já estamos para responder ao pacto que foi assinado pelo ex-Presidente desta Casa com a CPI que investigou o tráfico e o abuso de crianças e adolescentes. E também achamos que



devemos avançar além daquilo que inclusive foi pactuado, respeitando a legislação e a Constituição brasileira.

Deputado Roberto Alves, permitindo o debate, é claro, vou colocar rapidamente algumas questões que já vêm sendo feitas e outras que estamos em fase de implantação. Também vou falar do nosso desejo e da nossa iniciativa de construir processos, programas, protocolos, para que a prevenção e a blindagem a esses acontecimentos sejam as mais perfeitas possíveis dentro da nossa realidade e da nossa cultura.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós assinamos esse Pacto pela Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes aqui nesta Casa, em 27 de maio de 2014. Portanto, foi um compromisso com a Câmara Federal, com o Congresso Nacional, com a sociedade brasileira, naquele período prévio à realização da Copa do Mundo. Esperava-se que isso fosse deixado como um legado da Copa, um legado social, um legado intangível, e que não apenas se configurassem como legados esportivos as estruturas, os equipamentos, os parques olímpicos, os estádios. O legado que deve ser deixado por grandes eventos esportivos tem uma dimensão educacional. *(Pausa.)*

Nós temos esse compromisso assinado dentro da legislação brasileira existente... *(Pausa.)*

Saliento que temos esse pacto. Houve uma reunião nesta Casa para discuti-lo. Na nossa avaliação, dentro de limites do tempo e da complexidade do tema, nós estávamos encaminhando na medida possível e adequada.

Nós assinamos — este é um dado da maior importância — um convênio com a Associação de Ex-Conselheiros e Conselheiros da Infância, composta de ex-conselheiros e ex-conselheiras da infância e da adolescência e conselheiros tutelares. Temos trabalhado durante esse período de maneira conjunta com essa associação, que tem, na verdade, experiência acumulada, problemas diagnosticados, de forma que ela pode nos dar enorme contribuição na avaliação, no diagnóstico e na conduta a ser adotada.

Então, é importante salientar que trabalhamos em conjunto com essa instituição, que tem colaborado no ponto de vista teórico, no ponto de vista prático e,



particularmente, na qualificação dos profissionais que atuam diretamente nos pontos mais distantes deste País com as nossas crianças e os nossos adolescentes.

Nós fizemos uma reunião com o Desembargador Siro Darlan, uma das figuras mais notáveis no tratamento da questão da criança e do adolescente no Brasil. Ele tem nos orientado no ponto de vista teórico, com a sua bagagem, a sua prática, e isso tem sido fundamental para que haja, inclusive, a exposição da sua experiência, a orientação para os profissionais, para que isso se realize de maneira plena e completa.

Nós já realizamos 23 seminários pelo Brasil, a quase totalidade deles com apresentação de aulas com a participação de técnicos, de professores de Educação Física. Está presente aqui o Jorge, que é o nosso Presidente do Conselho Federal de Educação Física. Então, contamos sempre com a participação desses profissionais, que, muitas vezes, são os que têm contato mais direto e mais permanente com essa comunidade tão expressiva de crianças e adolescentes.

Nós treinamos, orientamos e qualificamos quase 2 mil profissionais em 23 seminários, em mais de 20 Estados brasileiros. Portanto, é uma ida prática da CBF a essas regiões, não esperando que eles recebam informações por educação à distância, mas presencialmente, passando as informações para que essa preocupação e os mecanismos de proteção possam ser estabelecidos.

Aí são algumas fotografias dessas realizações: seminários no Rio de Janeiro, em Foz do Iguaçu, Fortaleza. Nós colocamos na planilha todas as cidades e capitais onde foram realizados.

E eu queria convidar todos para o seminário, talvez, mais importante que vamos realizar nesta sexta-feira, dia 18, um dia simbólico que sinaliza a preocupação do Brasil em relação ao abuso sexual. No dia 18 de maio, na sede da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, teremos especialistas nacionais e internacionais, faremos a transmissão pela *CBF TV*. Nós estamos estimulando todas as federações, dos 27 Estados brasileiros, e todos os clubes profissionais e amadores de futebol a se conectarem à *CBF TV*. Nós faremos a divulgação, inclusive, por teleconferência, para que haja uma interatividade e não apenas a audiência do seminário, para que seja, pela primeira vez, uma exposição nacional da preocupação do futebol em relação a essa questão. Então, quero convidar todos para, sexta-feira, 18 de maio,



durante todo o dia, irmos à luta e reduzir a calamidade, o drama que hoje vivemos em relação a essa questão.

Isso se dá não apenas por conta das denúncias que periodicamente aparecem, mas porque sabemos que isso é apenas o que aparece superficialmente. Os problemas são mais dramáticos, mas incríveis, e eles têm que ser combatidos com muita integração e muita competência.

Fizemos uma parceria com a ONU, com quem fizemos um seminário aqui no Brasil, na sede da CBF, para também recebermos informações, neste caso, especificamente sobre a questão da violência.

Anuncio aqui a presença do Dr. Klein, membro da Comissão de Ética do Futebol Brasileiro, a quem pedi que aqui viesse. Se pudesse, depois, como membro da audiência ou como complementação à nossa fala, ele poderia dizer como temos encaminhado com a Comissão de Ética um trabalho muito estreito para que essa questão possa ser tratada.

Nesse eslaide temos um exemplo da busca, inclusive, de informações internacionais para que o tratamento dado no Brasil seja o mais qualificado possível.

Ressalto a presença do Dr. Alberto, que também é da Comissão de Ética. Depois, podemos fazer um trabalho conjunto.

Este é um dado muito importante: nós estamos trabalhando inicialmente com assistentes sociais dos clubes da Série A, mas pretendemos estender essa ação a outras séries do nosso futebol, porque sabemos que assistentes sociais podem ter um papel destacadíssimo na identificação, na ajuda, no apoio, inclusive na orientação psicológica, para que não só as crianças e adolescentes mas também os familiares sejam orientados, sejam informados para que questões como essas, se possível, não aconteçam, e, se acontecerem, tenhamos o tratamento mais rápido possível a ser implantado.

Como eu disse, programa de capacitação, nos seminários. Mas aí seria uma experiência piloto que nós iniciamos com o Fluminense.

E queria apenas lembrar que nós temos no Brasil um sistema de clubes formadores, ou seja, para ter a estrutura oficial de base, o clube tem que passar por uma autorização da Federação Estadual, tem que passar por uma autorização da CBF.



Esses são os clubes que têm a qualificação para formar desde a base. Todos os clubes da Série A têm, mas nós queremos que todos os clubes profissionais tenham. Para que eles tenham essa autorização, nós estamos introduzindo a obrigação de o clube ter políticas e práticas de proteção integral à criança e ao adolescente.

Para os senhores terem uma ideia, esta é a primeira vez que se implanta isso. Nós estamos estendendo isso às normas de licenciamento dos clubes, o que inclui todas as séries profissionais. No caso, refiro-me aos clubes formadores, mas aqueles que não têm estrutura de clube formador nós estamos introduzindo nas normas de licenciamento.

E os clubes que não as adotarem, não tiverem práticas adequadas em relação a isso e outras questões, não receberão a licença para serem clubes profissionais. Portanto, essa será uma obrigatoriedade.

Quando se coloca no pacto a questão da punição, esta fica como uma pré-punição, ou seja, se o clube não se qualificar em relação aos seus profissionais, e ter as práticas e a blindagem, não receberá a licença para ser clube profissional. Então, essa é uma prática nova que a CBF está adotando.

E eu queria sugerir ao Deputado Roberto Alves, também ao Deputado Evandro Roman, a todos os membros da Comissão de Esporte, que façam uma mudança na Lei Pelé. Isso não está na Lei Pelé. A Lei Pelé não exige que haja a introdução de práticas relacionadas à proteção da criança e do adolescente, o que deve ser introduzido. Nós fazemos isso no futebol, através da legislação referente ao clube formador ou às normas de licenciamento, mas a Lei Pelé diz respeito aos outros esportes. Portanto, nós fazemos a mudança necessária no futebol, mas, sem a Lei Pelé, nós não poderemos estendê-las a todas as outras modalidades existentes hoje na atividade esportiva brasileira. Esta é, portanto, a primeira recomendação que nós gostaríamos de apresentar aos legisladores.

E nós estamos dizendo a todos os clubes formadores que, além desse compromisso com essas políticas e essas práticas, nós temos uma equipe para oferecer cursos e seminários, como nós já fizemos no Fluminense.

Outro compromisso com o pacto é adotar providências para prevenir o tráfico interno e externo de atletas. É claro que essa é uma prática relacionada ao Ministério



das Relações Exteriores e ao Ministério da Justiça. Nós já tivemos audiências propondo uma articulação conjunta, no Ministério das Relações Exteriores.

Nós estamos fazendo a adaptação de uma cartilha chamada Rede Certa, elaborada por essa Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares, impressa pela CBF, para colocar à disposição de todos os clubes que militam oficialmente em nosso futebol, para que também tenham preocupações em relação ao tráfico e à “exportação” — entre aspas — inadequada de crianças e adolescentes do nosso País.

Quero lembrar que nós temos agora, já instalado, o Comitê, além do Código de Ética e o canal de denúncias. E nós estamos sugerindo a incorporação do Sistema Futebol ao Disque 100, que é o sistema de recebimento de denúncias em nosso País em relação a vários outros aspectos, não apenas crianças e adolescentes. Nós estamos sugerindo um convênio, de tal forma que, quando houver a denúncia em relação a esse tipo de prática, imediatamente o Disque 100 conecte à Comissão de Ética, a qual o Dr. Marco Aurelio Klein aqui representa, para que imediatamente haja uma investigação através da nossa instituição, independente e autônoma, que é a Comissão de Ética da CBF — que não é da CBF, é de todo o futebol brasileiro.

Esses são os caminhos que estão no nosso Código, salientando de maneira clara que a prática de assédio de qualquer natureza, moral ou sexual, é passível de enquadramento no Código de Ética da CBF, do futebol brasileiro. Portanto, cabe punição. Trata-se do décimo item do compromisso do pacto. Hoje, nós temos instrumentais para fazer a punição exemplar daqueles que tiverem práticas com essas características.

Há a Ouvidoria da CBF, que é também um pedido no pacto. Na verdade, não é ouvidoria, mas canal de denúncia, que imediatamente leva à nossa Comissão de Ética, que tem o Código de Ética, para implantar não apenas comissões de investigação e de julgamento, mas a posterior punição. Portanto, hoje nós temos uma estrutura que permite a rápida investigação, o rápido julgamento e a adequada punição.

Quanto à questão de escolinhas de formação, eu já falei. As profissionais já têm uma estrutura que atende à proposta do pacto. Quanto àquelas escolinhas de futebol que são escolinhas da comunidade, que na verdade são equipamentos muitas



vezes comunitários das cidades e dos Municípios brasileiros, nós estamos propondo ou sugerindo um cadastro nacional dessas escolinhas, de tal forma que tenhamos possibilidade de acesso às informações e de acompanhamento pelos Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente de cada Município. São eles que devem fazer a fiscalização, o acompanhamento e o seguimento da prática dessas escolinhas, para que elas não cometam esses equívocos, para que os profissionais que estão lá e os agentes comunitários tenham uma preparação, uma qualificação, uma formação nessa área, para que isso possa ser maximizado, isto é, a prevenção e o cuidado que todos devemos ter com a proteção integral.

Portanto, nessa área das escolinhas, nós queremos o cadastro nacional, vinculado aos Municípios e aos Conselhos Tutelares, para fiscalização e eventual punição.

Eu já falei sobre o regulamento e licenciamento de clubes, o cadastro nacional, as escolinhas de futebol, ou seja, em todas as áreas nós estamos tentando cobrir aquilo que é adequado e devido.

Era o que nós gostaríamos de apresentar em relação aos itens.

Deputado Roberto Alves, apenas para complementar, falo sobre os três últimos itens do pacto.

Esclarecer os pais acerca das condições a que são submetidos os alunos. Nós acreditamos que a CBF pode auxiliar com a divulgação dessa cartilha e com os nossos seminários, que já vêm sendo feitos, mas essa é uma prática que, fundamentalmente, deve ser feita pelos clubes e pelos Conselhos Tutelares no acompanhamento das escolinhas comunitárias.

Fiscalizar as atividades. Nós já dissemos, o nosso Código de Ética e a Comissão de Ética têm todos os elementos e instrumentos para isso, mas também deve ser feito um convênio com os Conselhos Tutelares de cada Município para que a fiscalização seja municipal, e não da CBF, como anteriormente se acreditava. Não está na nossa capacidade realizar essa ação local.

Lembro apenas que, quando foi assinado, parecia possível uma ingerência da CBF nos clubes esportivos ou nas federações. Nós não podemos. Há uma autonomia na estrutura, na verticalidade do futebol brasileiro, de tal forma que nós podemos sugerir e orientar, mas não há a possibilidade de uma intervenção direta nos clubes,



que devem realizar essa prática através da sua conscientização e da consolidação das suas políticas internas.

Agregar escolas de formação de atletas a clubes esportivos. Isso deve ser feito na medida do possível, mas nem sempre é possível, dada a dimensão deste País, dada a realidade da vida comunitária. Mas, com uma boa integração dos Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente, isso pode ser feito, no tempo, com a maior qualidade possível.

Deputado, desculpe-me. Eu sei que utilizei muito mais do que 10 minutos, mas é um trabalho longo que vem sendo feito, com uma preocupação enorme. Se for possível, peço 3 minutos apenas para o Dr. Klein complementar o trabalho da Comissão de Ética. Eu peço a sua vênica, a sua compreensão e a sua tolerância para que possamos fazer essa exposição final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Boa tarde, Dr. Klein!

V.Sa. tem a palavra.

O SR. MARCO AURELIO KLEIN - Muito obrigado.

Ao mesmo tempo em que cumprimento os Deputados, as Deputadas e os demais participantes da Comissão, registro que represento a Comissão de Ética do Futebol Brasileiro, e a mim foi delegado trabalhar isso. Vimos, há alguns meses, trabalhando com essa questão de proteção, pensando na prevenção, pensando na educação, nesse foco de como evitar.

Para isso, nós mergulhamos nos estudos. Eu venho, há alguns meses, estudando o que foi feito ou o que está sendo feito na Inglaterra e nos Estados Unidos, sobretudo, o que é um grande movimento.

No caso do futebol inglês, a Federação Inglesa e os clubes seguem pensando em proteção, em guias de boas práticas, em que haja processos que previnam, por exemplo, determinar quais são as boas práticas dentro de vestiários, de chuveiros, de transportes, de viagem, de regras de hospedagem, de regras de comunicação e manutenção do contato permanente com os pais ou responsáveis do menor, considerando todos os menores. Leva-se em conta, Deputado, não só a questão do assédio, mas também a do racismo, da homofobia e de eventual prática de corrupção para o favorecimento na escolha de determinados atletas, e do trânsito disso.



Portanto, há um trabalho interessante sendo feito há 2 ou 3 anos, com muita consistência, nesses países. E nós vimos estudando e olhando essas práticas de orientação, inclusive para a preservação do sigilo do denunciante, do que fazer quem receber uma denúncia, de como manter esse sigilo, de como ter respeito e trabalhar para que nós possamos criar um documento que seja trabalhado junto a clubes e entidades, atletas e pais de atletas, abrindo esse canal.

Há uma preocupação muito grande com o que acontece antes e com o que fazer quando isso chega ao conhecimento de alguém dentro de uma estrutura desportiva, qualquer que seja ela, inclusive levando em consideração os momentos em que o menor precisa de atendimento médico, atendimento odontológico ou mesmo de uma interlocução administrativa com os seus clubes ou com os seus formadores, de modo que esse é um trabalho que estamos desenvolvendo.

Temos um material muitíssimo interessante, com um aprendizado já feito em outros lugares, e a Comissão de Ética do Futebol Brasileiro está à disposição de todos para ouvir mais e acrescentar outras experiências.

Ao colega aqui do Comitê Olímpico — é um prazer revê-lo —, quero dizer que nós podemos trocar essas informações e contribuir. Acho que temos múltiplas vias de construção de conhecimento no nosso foco em torno de educação, prevenção e, sobretudo, Deputado, de estabelecimento de protocolos e processos para que todos saibam o que pode, o que deve e o que vai ser feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Agradeço a participação.

Também quero agradecer as falas do Secretário Walter Feldman.

Antes de passar a palavra ao Sr. Alberto Murray Neto, eu gostaria de registrar aqui a presença da Sra. Helga Jucá, representando a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.

Gostaria de convidar a senhora para se sentar aqui à frente, por gentileza.

Também, mais uma vez, quero agradecer a presença do Dr. Marco Aurélio, Conselheiro da Comissão de Ética do Futebol Brasileiro.

Quero registrar a presença do Sr. Augusto Souza, Oficial de Programas no Fundo da UNICEF; da Sra. Caroline Maria Vieira Lacerda, advogada; do Sr. Jorge,



Presidente do Conselho Federal de Educação Física; e do Deputado Federal e meu amigo Evandro Roman.

Concedo a palavra, agora, ao Sr. Alberto Murray Neto.

O senhor tem 10 minutos, mas, se precisar de mais um pouco, vamos ceder, porque já cedemos para a CBF. Fique à vontade, por favor.

Eu só quero lembrar que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela *TV Câmara*.

O SR. ALBERTO MURRAY NETO - Obrigado, Deputado Roberto Alves, demais Deputados e Deputadas aqui presentes e meus companheiros de Mesa.

Faço uma saudação especial à nadadora Joanna Maranhão, a quem homenageio em nome de todos os atletas do Brasil, que, na realidade, são a razão de tudo isso existir — e isso nunca pode ser esquecido.

Eu venho aqui, em nome do Presidente Paulo Wanderley e do Comitê Olímpico do Brasil, falar um pouco sobre o que o nosso Conselho de Ética está fazendo com relação a esse tema tão importante e delicado e que nunca foi esmiuçado como deveria ser. Parece-me que agora, pela iniciativa de várias vertentes da sociedade civil, deste Congresso Nacional, de atletas, tal qual a Joanna, da CBF e de outras confederações, finalmente nós vamos enfrentar a questão como deveria ser.

Os senhores sabem que o Comitê Olímpico do Brasil vive hoje uma nova fase. A primeira coisa que eu quero pedir é que acreditem no sistema desportivo. Eu sei que havia muita falta de credibilidade, por razões que todos nós conhecemos, mas hoje o ambiente é outro. No meu caso, por exemplo, eu fui eleito por uma assembleia democrática, com participação de atletas de confederações, coisa que não existia antes no Comitê Olímpico do Brasil.

O Estatuto do Comitê Olímpico do Brasil hoje é um dos mais modernos do mundo. Ele foi feito segundo as regras de governança mais estritas que se encontram. Dentro desse processo, está o Conselho de Ética, eleito democraticamente, formado por mim, pelo Ministro do Superior Tribunal do Trabalho Guilherme Caputo Bastos, pelo Desembargador Federal Ney de Barros Bello, pelo Dr. Sami Arap, advogado e ex-Presidente da Confederação Brasileira de Rugby e ex-atleta da seleção nacional, e pelo Dr. Bernardino Santi, especializado na área de traumatologia e medicina



esportiva, que já acompanhou inúmeras delegações pan-americanas olímpicas e sul-americanas em campeonatos mundiais e conhece bem a questão esportiva.

O Comitê Olímpico do Brasil vê com bons olhos o projeto de lei de alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Coincidentemente, hoje o Ministro Leandro Cruz está no Rio de Janeiro reunido com o Presidente Paulo Wanderley, com o Vice-Presidente Marco La Porta e com todas as confederações para assinar um termo de compromisso do Comitê com a sociedade civil, com adesão de todas as confederações, com linhas gerais sobre o combate ao assédio moral e sexual e a violência infantil no esporte. Esse documento está sendo assinado hoje. Eu não tenho a versão final ainda, mas acredito que, até o final do dia, deverá ser publicada e disponibilizada no *site* do Comitê Olímpico do Brasil.

Eu tenho uma minuta em mãos, mas não posso lhes assegurar de que não tenham havido modificações. Então, é mais seguro obter a versão final no *site* do Comitê Olímpico do Brasil, a qual sairá no final do dia. É a primeira vez na sua história o Comitê Olímpico do Brasil se debruça sobre essa questão.

Esse termo de compromisso que está sendo assinado hoje é sem prejuízo de todos os mecanismos de denúncia e controle que Conselho de Ética, com o apoio do Conselho de Administração e da Assembleia Geral do Comitê Olímpico do Brasil, vem fazendo. Esse termo público de hoje contém oito itens. Eu não vou lê-los todos aqui porque ficaria um pouco pesado. Enfim, são regras que serão seguidas por todas as confederações e pelo COB no exercício das suas funções nas suas delegações. Quem não seguir essas regras estará sujeito a sanções, a procedimentos éticos.

Nós estamos criando, no Conselho de Ética, mecanismos mais contemporâneos de controle não só do assédio e da violência no esporte, mas também de qualquer outro desvio ético. Em linhas gerais, vou explicar para os senhores como isso funcionará. Eu já disse que o Conselho de Ética é formado por cinco membros eleitos, sendo que três deles são independentes, quer dizer, sem nenhuma vinculação a nenhuma confederação, federação ou clube, e dois deles podem ser dependentes, ou seja, ter alguma vinculação com alguma federação, clube ou confederação.

Nós já criamos o Regimento Interno, que versa sobre o funcionamento, é o nosso código de processo, vamos dizer assim. Tivemos que correr com isso, em razão



do que vocês viram que aconteceu em uma modalidade. A nossa ideia era fazer a publicação do Código de Ética, do Canal de Ouvidoria e do Regimento Interno, tudo junto, e o nosso prazo estipulado internamente para isso era o dia 22 deste mês. Mas, em razão de todos os fatos que ocorreram, nós corremos com o regimento interno, até para que as pessoas pudessem ler o Regimento Interno e saber como é a tramitação dos processos éticos que são trazidos ao nosso Conselho. O Conselho de Ética está gerindo isso, e logo será publicado o Código de Ética, que será a linha mestra de conduta nessa seara dentro do movimento olímpico.

Nós não temos pretensão nenhuma de sermos juízes universais, de julgarmos tudo. Nós queremos nos concentrar nos casos que, efetivamente, são de desvio ético. Então, não é um tribunal de caça às bruxas, um tribunal medieval, um tribunal que vai atrás de qualquer coisa que possa ser às vezes um desentendimento, e não um desvio ético. Nós queremos focar naquilo que, efetivamente, é a nossa atribuição estatutária e que temos, portanto, jurisdição para fazer.

O Conselho de Ética tem, dentro do seu funcionamento, o que nós chamamos de comitê. São dois: um Comitê de Integridade e um Comitê de Conformidade. Nós vamos ter, ainda, em cada um desses comitês, duas pessoas que nós podemos nomear sem interferência de ninguém, voluntárias, que vão nos ajudar nisso.

O Comitê de Conformidade é aquele que vai verificar se todas as práticas de governança, no dia a dia do Comitê Olímpico, estão funcionando a contento. E o Comitê de Integridade vai verificar se as pessoas que são contratadas — terceiros ou empregados — têm condições éticas, diante do nosso Código de Ética, de servir ao movimento olímpico.

Nós estamos criando um canal externo de denúncia, que vai ao ar, no mais tardar, no dia 22, ou antes. Vai ser um *e-mail* disponível a qualquer pessoa da população que queira ali se manifestar. Vai ser um Canal de Ouvidoria e Ética do Comitê Olímpico do Brasil, em que a pessoa vai poder fazer a sua denúncia, o seu elogio, o seu comentário, a sua crítica, a sua sugestão, de maneira a mais democrática possível. Quando esse *e-mail* for recebido, ele vai ser encaminhado para um gerente de *compliance* do Comitê Olímpico do Brasil cuja contratação também tem previsão estatutária. Ou seja, muda-se a administração do Comitê Olímpico, mas não se muda a obrigação de haver um gerente de *compliance*.



Esse gerente de *compliance* será o braço operacional no dia a dia do Conselho de Ética do Comitê Olímpico. Ele será escolhido pelo Diretor-Geral, juntamente com o Presidente, mas nós teremos o poder de referendar ou não o nome que vier a ser escolhido. E ele trabalhará com absoluta independência no dia a dia.

Esses *e-mails* que serão recebidos de fora serão analisados por esse gerente de *compliance* e também por uma empresa externa especializada em *compliance* e em investigação. Na medida em que houver prova ou indícios substanciais, isso será encaminhado ao Conselho, que vai agir conforme o Regimento. Esse é um caminho de denúncia.

Além desse caminho de denúncia, qualquer membro da Comissão de Atletas — não precisa ser a maioria da Comissão, pode ser um membro, e hoje temos 15 membros eleitos pelos seus pares — terá o poder de representar junto ao Conselho. Então, bastará que um membro receba uma denúncia. Ele não precisa submeter isso ao Presidente da Comissão de Atletas; ele pode ir diretamente ao Conselho de Ética e apresentar essa representação. Ou seja, qualquer atleta ali terá esse poder. Além disso, qualquer integrante de qualquer um dos poderes do Comitê Olímpico também poderá fazer isso. Então, o que se espera? Que confederações façam isso, que o Conselho Fiscal — quando houver, é claro — possa fazer isso; enfim, qualquer um ali dentro.

No momento em que recebermos a representação, faremos um juízo de admissibilidade. Ou seja, nós vamos olhar se ali há elementos suficientes para a instauração de um processo ético-disciplinar ou se não há. Se não houver, o processo é arquivado. Se houver, o Presidente do Conselho de Ética escolherá um relator entre os membros do Conselho, que vai relatar o caso, conduzir as investigações, se necessário junto com a empresa terceirizada e com o gerente de *compliance*, bem como instruir o processo, convocar as testemunhas. As testemunhas serão sempre ouvidas em audiência por todos os membros do Conselho. E nós temos a obrigação de julgar em 60 dias.

Existe também a possibilidade contemplada de suspensão cautelar por 30 dias do movimento olímpico, renováveis por mais 30 dias. O que nós queremos com isso? Limitar em 60 dias, para não fazer uma suspensão por período indeterminado. Nesse caso se estaria, na verdade, antecipando uma condenação, e essa pessoa, se viesse



a ser absolvida, estaria sendo injustamente punida. Então, nós limitamos em 60 dias. E quando ocorrer suspensão cautelar nos casos que considerarmos graves, nós teremos a obrigação de julgar esse processo dentro do prazo de 20 dias somente. É claro que a nossa intenção é essa, mas, dependendo do caso, pode haver desdobramentos e mais gente para depor e apresentar provas. Muitas vezes, poderá surgir a necessidade de esse prazo ser estendido. Mas nós queremos ter o julgamento da forma mais célere possível, para que os assuntos se resolvam efetivamente.

Uma coisa que eu quero enfatizar, que para nós é muito importante, é que as pessoas não tenham receio de vir ao Conselho. Nós vamos garantir a total confidencialidade em relação aos depoentes, aos processos, aos acusados e aos representantes que apresentaram a denúncia. Claro que nós temos que publicar o resultado na sua ementa, como faz a CAES — Corte Arbitral do Esporte. Nos casos de segredo de justiça, ela não publica tudo, mas publica a ementa, o resultado, até para que se alguém venha a ser acusado e no fim não tiver nada que essa pessoa tenha a retratação pública ou a ciência pública de que não havia nada contra essa ela. Quando houver culpabilidade, que seja dada ciência à sociedade da pena aplicada.

O nosso Conselho, estatutariamente, tem o poder de suspender... No Código de Ética, quando for publicado, os senhores vão ver a gradação da pena, que vem desde uma advertência até a suspensão por “x” tempo. Mas nós não podemos banir a pessoa do movimento olímpico, nós podemos recomendar à assembleia geral que exclua determinada pessoa do movimento olímpico. Nós podemos suspendê-la e recomendar a sua suspensão por mais tempo, ou a sua exclusão, enfim, penas mais severas.

Eu gostaria de enfatizar, de novo, que eu passei muitos anos na trincheira lutando por uma coisa e que uma das minhas ideais sempre foi a criação de um Conselho de Ética. Agora, eu tenho que fazer isso funcionar.

É fundamental que as pessoas acreditem no sistema, que venham a nós, porque, se não, nós só teremos por vezes uma representação, com uma versão. Esperamos que as pessoas venham e nos contem, nos relatem tudo o que é desvio ético, não se limitando a casos de abuso e violência sexual no esporte, que é uma questão seríssima e devem ser incluídos.



Espero que eu tenha sido claro na explanação de como vai funcionar o nosso Conselho. Eu fico à disposição para as perguntas e debates. Não quero tomar muito tempo, para agilizar, porque acho que as pessoas têm muito a contribuir. É um Conselho novo, portanto nós estamos ouvindo muito. Eu acho que nós vamos aprender muito com a nossa rotina diária.

Eu queria fazer aqui uma referência que é muito importante. A Diretoria do Comitê Olímpico Brasileiro está nos deixando trabalhar com absoluta independência. Ninguém pediu para ler o nosso Regimento Interno, ninguém está pedindo para ler as minutas do Código de Ética, ninguém quer saber de nada do que está correndo ali. Ou seja, isso nos dá muita tranquilidade para trabalhar e reforça a minha ideia de que, de fato, as pessoas podem vir a nós, e nós vamos dar garantia total de sigilo do processo. Podem vir sem receio, sem nenhum tipo de medo de retaliação ou de ser achincalhado. O nosso Conselho vai seguir estritamente isso, para manutenção do devido processo legal.

Era isso o que eu tinha a dizer inicialmente. Agradeço a todos e devolvo a palavra ao Deputado Roberto Alves.

Muito obrigado, Deputado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Agradeço a participação ao Sr. Alberto Murray Neto, Presidente do Conselho de Ética do Comitê Olímpico do Brasil, o COB.

Quero registrar aqui a presença da Deputada Federal Erika Kokay, que se encontra presente, autora do projeto.

Registro a presença do Sr. Fabrício Correia, Secretário de Esportes da cidade de Caçapava, no Estado de São Paulo.

Registro também a presença do Deputado Capitão Fábio Abreu.

Concedo a palavra à atleta de natação Joanna Maranhão, que disporá de 10 minutos.

A SRA. JOANNA MARANHÃO - Boa tarde a todos!

Sr. Presidente, acho que não vou usar o tempo de 10 minutos.

Sou atleta de natação e participei de quatro Jogos Olímpicos. Hoje tenho 31 anos de idade. Comecei a nadar aos 3 anos de idade. Passei praticamente a minha vida inteira foi ali dentro. Tive as melhores experiências — representar o meu País em



quatro edições dos Jogos Olímpicos —, as melhores e as piores experiências no mesmo ambiente.

Quando eu trouxe a minha história à tona, eu não fazia ideia do seu desmembramento, eu não fazia ideia de que não poderia denunciar a pessoa que tinha feito aquilo comigo. Na verdade, fui processada por ele e apenas em 2013 o crime de abuso sexual deixou de prescrever mais quando a vítima faz 18 anos.

Como vítima, digo que é praticamente impossível quando isso acontece a gente contar ao adulto no qual se sintam... Sempre existe uma referência de adulto na qual a criança se sintam bem para falar. Mas como a gente vai falar de uma coisa que não sabe o que é?

É nessa tecla de ações não violentas de combate ao abuso que eu milito.

Hoje tenho uma ONG chamada Projeto Infância Livre, na qual conto a minha própria história. Dependendo da faixa etária dessas crianças, falo sobre a diferenciação necessária de um toque abusivo de um toque carinhoso e a quem essa criança deve procurar.

O crime de pedofilia acontece em todo lugar. Onde tem criança, tem pedófilo. E onde tem criança? Na família, na escola, nas diversas religiões e nas escolinhas esportivas também. O que a gente pode fazer? A gente não pode presumir que todo professor ou que toda professora seja um potencial pedófilo. Acho muito importante dizer também que o crime de pedofilia não tem classe social, não tem cor e não tem gênero. Por mais que a grande maioria dos abusadores seja homem, também existem mulheres abusadoras. E, como mulher, acho muito importante falar isso também.

Depois que eu trouxe a minha história à tona, tornei-me hoje um canal aberto em que muitos atletas e muitas pessoas — a grande maioria mulheres de mais de 30 anos — me contam as suas histórias. E o que eu percebo? Que há uma falta de confiança no próprio sistema. E como a gente pode tratar disso, tanto na CBF, como no Comitê Olímpico, nas confederações e nos clubes? Com uma capacitação das ouvidorias. Isso é importantíssimo! Isso é tão importante quanto fazer o atleta nadar rápido ou fazer gol, ou outra coisa.

Coloco-me a favor de toda e qualquer ação que não seja violenta para essa causa, mas estender esse projeto de lei a todas as estatais patrocinadoras, porque a partir daí a gente... A Caixa Econômica Federal tem uma história de apoio a entidades



esportivas, como a CBG, que teve agora esse escândalo, a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, que é patrocinada pelos Correios, também é uma estatal. A partir do momento em que se estende não apenas para bancos públicos, mas para todas as estatais, a gente abraça e aumenta o leque.

Enquanto está todo mundo falando aqui há criança sendo abusada, há criança silenciando.

Este assunto vai muito além do espectro político de polarização. Eu acho que isso não interessa. Então, eu acho que não há dúvida de que esse projeto será aprovado, porque isso é o que todo mundo quer.

Nós estamos falando muito na construção de um novo País, de combate à corrupção, mas, no momento em que uma criança é abusada — e eu digo isso como uma criança que foi abusada —, nós nos tornamos uma criança doente. Eu, como criança de classe média, tive todo o suporte, eu tenho todo o suporte. Eu tomo remédio controlado desde os 15 anos. Eu comecei a parar de tomá-los agora aos 31 anos, e eu não sinto nenhuma vergonha de falar disso, mas eu tive suporte, existem muitas crianças que não têm. Existem muitos pedófilos que foram crianças vítimas de abusos e que não conseguem romper o ciclo. Então, este é um assunto muito extenso.

Este é um passo, e vão existir outros passos que nós precisamos dar também. Eu me coloco sempre no lugar da vítima, e existem muitas pessoas que se sentem à vontade para vir falar comigo, mas eu não sou a Justiça, eu sou apenas a Joanna, eu sou aquele abraço, aquele afago, é o que eu tento ser.

Eu acho muito importante essa capacitação da Ouvidoria e coloco também como muito importante a necessidade do apoio, principalmente o apoio psicológico, para as vítimas que venham a denunciar. Sessenta e sete por cento dos casos acontecem dentro da família. Então, isso corrobora esse silêncio.

Estamos falando aqui de escolinhas de esporte, onde o treinador exerce uma posição de poder, assim como o familiar. Então, é utilizado sempre aquele mesmo protocolo de conquistar a confiança da criança e da família e do responsável para, a partir daí, acontecer o abuso.

É muito importante também falar. É muito duro — eu não estou me colocando como juíza —, a partir do momento em que nós escutamos alguma história e



desconfiamos dela falando assim: Será que é verdade? Por que está falando agora? Por que demorou tanto tempo?

Como vítima, eu posso responder a todas essas perguntas, mas eu também digo que tudo se dilacera no momento em que alguma pessoa descredencia a história que está sendo contada. Eu trouxe a minha história à tona aos 21 anos de idade e até hoje existem pessoas que falam que eu estou mentindo.

Eu tenho consciência da minha própria história. Quem me dera existisse um mecanismo para que as pessoas pudessem tocar na minha cabeça, acessar a minha memória e viver tudo o que eu vivi, não para que sintam pena de mim, porque eu estou de pé hoje. E a lei que leva o meu nome, a minha ONG e todas as outras ações fazem com que eu entenda que eu passei por isso e que eu tive forças para militar por outras pessoas e por outras crianças.

Eu gosto simplesmente de reiterar a urgência dessas ações e de outras que nós precisamos fazer também. É preciso pensar num canal de denúncia, mas é preciso passar a confiabilidade para esse canal de denúncia e também pensar na proteção à vítima, porque, quando nós falamos em pedófilo, trata-se de uma pessoa que exerce poder sobre a criança e que, na grande maioria das vezes, ameaça a própria criança.

Então, eu agradeço o convite para estar aqui, coloco-me à disposição da CBF, do Comitê Olímpico e de qualquer outra entidade que precise de mim para essas ações. Esta é a missão da minha própria vida.

Há alguns anos, nós escravizávamos negros e achávamos normal. Hoje isso faz parte apenas da nossa história. Eu realmente espero que, daqui a alguns anos — talvez eu não veja isso, mas começemos a plantar esta semente agora —, o abuso sexual seja uma página virada da nossa história, porque é muito difícil se tornar um adulto equilibrado quando se é vítima de abuso.

Eu luto pelo meu equilíbrio todos os dias. Graças a Deus, eu tive suporte para continuar no esporte, o meu talento não foi desperdiçado, mas existem muitos talentos esportivos sendo desperdiçados todos os dias, porque existem profissionais que abusam de crianças, e isso é muito sério.

Era isso que eu queria dizer.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Primeiro, eu quero agradecer a Joanna Maranhão pela sua participação.

Eu passo a palavra ao Sr. Leonardo Andreotti Paulo de Oliveira, Gerente Jurídico do Comitê Brasileiro de Clubes — CBC. V.Sa. dispõe de 10 minutos.

O SR. LEONARDO ANDREOTTI PAULO DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos. Eu cumprimento o Exmo. Sr. Deputado Roberto Alves; o Exmo. Sr. Deputado Federal e agora Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Futebol, Walter Feldman; o Exmo. Sr. Alberto Murray Neto, Presidente do Conselho de Ética do Comitê Olímpico do Brasil — COB, meu amigo, colega de docência em uma universidade espanhola, com quem tenho a honra de participar desta Mesa; e a nossa querida Joanna Maranhão, a quem eu preciso também render as minhas homenagens pessoais e as do Comitê Brasileiro de Clubes pela atleta destacada que é.

Quis o destino que, em virtude dos acontecimentos, Joanna Maranhão fosse um instrumento para que essas questões sejam tratadas da forma como merecem no intuito de realmente se expandir a proteção geral às crianças e aos adolescentes, que muito precisam dessa iniciativa, tanto pública quanto privada.

Eu cumprimento a Sra. Rosane Carneiro, a Sra. Luciana Santana Reis e a Sra. Lara Denger Videira, que também participam desta Mesa. Sra. Lara transmita o meu abraço ao Dr. André Argôlo, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte; ao Sr. Marco Aurelio Klein, Secretário da ABCD — Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem; e ao meu querido amigo Jorge Steinhilber, Presidente do CONFEF — Conselho Federal de Educação Física.

Eu quero, em primeiro lugar, agradecer muito o convite formulado para que eu representasse aqui o Comitê Brasileiro de Clubes, portanto, representando o nosso Presidente, Jair Pereira, para abordar um pouco desta questão tão importante e tão intrincada, que é efetivamente a proteção à criança e ao adolescente.

É claro que eu vou me limitar um pouco à parte jurídica desta discussão e, dentro do ponto de vista jurídico, eu vou trazer aquilo que nós entendemos necessário para o enriquecimento do debate.

Eu não poderia deixar de ressaltar a importância do tema e o brilhantismo da ideia, e o faço na pessoa da Exma. Sra. Deputada Erika Kokay, que foi muito feliz em trazer à discussão este tema tão relevante para o cenário nacional e internacional,



sobretudo naquilo que se refere à dicotomia público-privado no esporte, que todos nós estamos acostumados a enfrentar.

Esta é uma dicotomia natural e extremamente positiva no sentido de que cabe ao Estado, em determinado limite, atuar de forma a fomentar a atividade esportiva, dentre outras atividades obviamente, e, às entidades privadas, dentro de sua limitação estatutária, dentro de suas atribuições naturais, dentro da autonomia que lhes cabe em virtude do que dispõe o art. 217 da Constituição Federal, atuar de forma a desenvolver e trazer a evolução das práticas esportivas daquelas modalidades que eventualmente representem.

Eu estou falando de forma muito clara do Sistema Nacional do Desporto, que congrega diversas entidades — pessoas físicas e jurídicas; sobretudo o Comitê Olímpico do Brasil; o Comitê Paralímpico Brasileiro; o próprio Comitê Brasileiro de Clubes; as ligas; as entidades nacionais e regionais de administração do desporto; as entidades de práticas desportivas, aqui representadas pelos clubes esportivos e sociais, dentre outras, inclusive aquelas que estão relacionadas à atividade judicante do esporte, que são os Tribunais de Justiça Desportiva.

O Sistema Nacional do Desporto é um sistema absolutamente privado, mas que, dentro desta dicotomia público e privado, já comentada, atua de forma a efetivar, isso merece dizer, uma política pública esportiva determinada. Então eu tenho, para mim, que o Sistema Nacional do Desporto e toda a interação público e privado vem em linha com o que já ocorre no âmbito internacional no que nós conhecemos como diálogo social no âmbito da União Europeia, que é basicamente essa interação, essa interlocução saudável e positiva para que Estados e entidades privadas possam, em regime de mútua cooperação e interesses recíprocos, e dentre outras formas de pactuação, efetivamente realizar aquilo a que se propõem a fazer, como faz o Comitê Brasileiro de Clubes, que, pela Lei nº 9.615, de 1998, com suas posteriores alterações, a nossa conhecida Lei Pelé, tem como função única e exclusiva o fomento dos atletas olímpicos e paraolímpicos nos clubes esportivos e sociais.

E, aqui, há uma diferença bastante relevante no sentido de que foge um pouco à esfera do futebol para abarcar outras modalidades, outras entidades e trazer de forma bastante efetiva, em minha opinião, um cenário positivo em termos de evolução dessas práticas e da formação do atleta olímpico e paraolímpico do Brasil. É claro



que, e nós sabemos disso, é uma questão que será vista e sentida a longo prazo. Mas entendo que o Comitê Brasileiro de Clubes, dentro daquilo a que se propôs e, dentro das limitações trazidas e originadas pela legislação, em especial a Lei Pelé, vem fazendo um trabalho bastante sério e bastante contundente no sentido de realmente fazer chegar à base, ao sistema de formação esportiva, o recurso público que vem do Estado para o fomento dessa atividade.

É preciso, então, trazer esse cenário; um cenário que traz, inclusive muita esperança, uma esperança de um desenvolvimento do esporte. E nós sabemos que o esporte é muito mais do que uma atividade esportiva, do que uma atividade física. O Secretário vai concordar comigo, ele é um fator, é um elemento, um instrumento agregador, cuja função primordial, até por sua própria natureza, é a facilitação da efetivação de funções públicas, de funções sociais, enfim, de tudo aquilo a que se propõem as entidades esportivas, de tudo aquilo a que se propõe a legislação.

Nesse tema do patrocínio público no esporte, os investimentos públicos do esporte, eu não posso descurar da análise jurídica propriamente dita. O Dr. Walter Feldman acabou já trazendo isso de forma antecipada e eu acho de uma forma bastante feliz, no sentido de trazer uma solução, talvez algum entrave que nós encontremos nessa proposta.

A proposta que trata de um obstáculo à entidade para o recebimento de um patrocínio tem que ser vista de uma forma um pouco mais cautelosa e eu vou explicar o porquê. O fato é que existe uma legislação específica, e aí eu estou falando da Lei Pelé, propriamente dita, que, no art. 29, trata efetivamente da formação esportiva, trata efetivamente dos requisitos para que os clubes esportivos, principalmente os clubes de futebol, possam ser considerados clubes formadores e, assim sendo, conseguir os benefícios que a lei impõe, um benefício de assinatura de primeiro contrato, prorrogação de contrato, dentre outros benefícios que a própria lei determina.

O fato é que o patrocínio, e aí já tratando da matéria especificamente, é uma estratégia de comunicação e, juridicamente, é um contrato, no qual se estabelece uma relação jurídica entre duas pessoas físicas ou jurídicas no sentido de se estabelecer uma associação. O patrocínio juridicamente é uma associação de imagens, de reputação e, num determinado momento, daquilo que representa uma pessoa a outra.



É muito conveniente a uma empresa patrocinar um clube de futebol ou uma federação esportiva ou mesmo um atleta, porque a figura do atleta, a reputação do atleta, a reputação do clube, a sua capilaridade, a sua expansão, a reputação daquela entidade de prática ou de administração do desporto podem reverter, de forma muito positiva, ao patrocinador.

Trazer um obstáculo diretamente às entidades que recebam esses recursos pode trazer um obstáculo jurídico e esse é um receio que nós temos que ter, porque todos nós queremos ver efetivamente implementado um projeto de lei e efetivamente implementada a política pública tratada. Quando nós estabelecemos esse obstáculo, nós estamos não enxergando um pouco a situação própria do patrocínio, quando uma empresa, no caso da empresa privada, agora, analogamente o poder público, o Estado tem interesse em patrocinar aquele clube, aquela entidade ou aquele atleta. Basicamente, a Lei nº 303, de 2016, no seu art. 27, estabelece que a empresa pública e a sociedade de economia mista terão a função social de realização do interesse coletivo.

O patrocínio não é feito ao bel-prazer, deve existir um interesse coletivo por trás e logo no § 3º, do art. 27, a lei estabelece que a empresa pública e a sociedade de economia mista poderão celebrar convênio ou contrato de patrocínio, como pessoa física ou jurídica, para promoção de atividades esportivas, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca.

Portanto, em um determinado momento, pode ser que a entidade precise mais do que o Estado precise da própria entidade. E estabelecer um obstáculo, nesse caso, talvez, dependendo da situação, seja estabelecer um obstáculo à própria entidade pública, porque, se o clube, se o atleta, se qualquer das entidades esportivas disser “não, isso não me interessa”, eu não imagino que isso vá acontecer. Eu acredito que as entidades deveriam, independente de lei, inclusive aplicar na prática de forma voluntária todas essas diretrizes estabelecidas no projeto. Mas o fato é que nós precisamos pensar numa realidade possível e na realidade possível o clube pode eventualmente se negar a fazê-lo. E negando-se talvez o Estado perca a possibilidade de patrocinar, sendo que o fortalecimento da marca do Estado, isso está na lei, traz muito mais benefícios ao Estado do que à própria entidade patrocinada.



Basicamente, o patrocínio não é uma doação. Talvez seja essa uma questão a ser melhor verificada. Perdoem-me as críticas. Nesse sentido, acho que é uma crítica construtiva no sentido de realmente trazer uma efetividade ao projeto, para que os entraves jurídicos não possam prejudicar o desenvolvimento e o andamento da legislação e das propostas legislativas.

Portanto, apenas para finalizar, voltando ao art. 29 da Lei Pelé, acredito que neste artigo, que determina os requisitos para que o clube seja considerado formador, estaria um campo bastante aberto para que essas situações sejam colocadas como requisitos de obtenção do Certificado de Clube Formador. Aí, sim, acredito que não teríamos entraves jurídicos, entraves legais e realmente poderíamos, de forma efetiva, implementar essa questão que é tão cara, que é tão importante não apenas para o esporte, mas também para a sociedade, para o cidadão.

Acredito que este é um tema extremamente importante, relevante, atual, atualíssimo. Infelizmente só se fala nesse tema neste momento, mas infelizmente nós temos que enfrentá-lo. A Joanna foi muito verdadeira no sentido de dizer que infelizmente, neste minuto, alguma criança está sendo molestada, alguma criança está sendo abusada e que isso tem que ser barrado, isso tem que ser coibido.

Acredito que uma forma muito contundente e muito eficaz de fazer isso é com muita fiscalização, muita abertura de canais de ouvidoria, muita implantação de políticas públicas e também privadas, dentro do esporte, com essa finalidade.

Basicamente trazendo estes pontos para reflexão, fico totalmente, pessoalmente e institucionalmente, pelo Comitê Brasileiro de Clubes, à inteira disposição desta Comissão de Esportes da Câmara dos Deputados e de todos aqueles que, como a Deputada Érika Kokay e o Deputado Roberto Alves, muito fazem, de forma incansável, pela evolução legislativa no que se refere a um esporte muito melhor e muito mais rico no nosso território nacional.

Muito obrigado a todos pela atenção. Novamente fico à inteira disposição da Casa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Quero agradecer ao Sr. Leonardo Andreotti Paulo de Oliveira.

Gostaria de passar, agora, a palavra à Sra. Lara Denger Videira, por 10 minutos.



A SRA. LARA DENGER VIDEIRA - Deputado Roberto Alves, em nome do Ministro do Esporte, Leandro Cruz, eu quero agradecer o convite, representando aqui também o Secretário André Argolo.

A minha fala vai ser muito rápida. Aproveito a oportunidade para agradecer aos membros da Mesa, Dr. Walter Feldman, e à nossa querida Joanna Maranhão, que foi nossa embaixadora numa campanha que nós realizamos, de forma muito tímida, porque, apesar de todo esforço, inclusive da própria Joanna Maranhão, durante os campeonatos estaduais, tentamos realizar uma campanha chamada *Esporte sem Assédio*, para a qual obtivemos todo o apoio da CBF, mas encontramos alguns entraves diretamente com os clubes por razões diversas.

Discordo inclusive já do Dr. Leonardo Oliveira, quando ele menciona que o patrocínio às vezes é muito mais vantajoso para o Estado do que para o clube. Eu acredito que não deva ser bem desta forma, porque, durante essa campanha, encontramos grande dificuldade de apresentá-la aos clubes, exatamente sob o argumento de que, como eles recebem patrocínio de alguns bancos públicos, as multas seriam homéricas e, por conta disso, alguns se recusaram a nos apoiar, o que entendemos perfeitamente. Inclusive eu gostaria de passar, se fosse possível, o primeiro vídeo da campanha que foi realizada e depois as fotos.

Aproveito a oportunidade para agradecer mais uma vez à Joanna Maranhão, que prestou todo o seu apoio, junto com as outras atletas que participaram da campanha.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. LARA DENGER VIDEIRA - Esse foi o vídeo.

Como eu disse, nós tentamos realizar essa campanha, primeiro, durante os campeonatos estaduais. Tivemos muito pouco tempo também para a divulgação dessa campanha, por uma série de fatores.

Quero deixar bem claro que foi uma campanha realizada em parceria com a Secretaria da Mulher. Por isso vocês viram aí o Disque 180, que é um canal direcionado a qualquer denúncia relacionada à mulher.

Nós queremos aproveitar a oportunidade para propor que esse canal que hoje o Dr. Walter Feldman mencionou como Ouvidoria e que a CBF tem... E o Dr. Alberto também possui a Ouvidoria dentro do COB, creio eu.



A ideia do Ministério do Esporte e que está sendo trazida para debate é que se crie um canal único para que todos os atletas. E, também encaminhando o que a Joanna Maranhão falou sobre a capacitação desse canal, já numa primeira ligação, a pessoa poderia ser direcionada a um prévio contato com um psicólogo — e, lógico, logo depois, um contato físico.

Nós acreditamos que muito há por se fazer ainda, mas quisemos deixar esse vídeo e propor que essa campanha tenha continuidade, com a parceria da CBF, e que os clubes também abram suas portas para que realizemos isso nos próximos campeonatos.

Há umas fotos também que, com o auxílio da CBF e de algumas Federações, nós conseguimos fazer em alguns campeonatos estaduais.

(Segue-se exibição de imagens.)

Essa foto é do lançamento da campanha no Rio de Janeiro. Tivemos também a presença da Joanna Maranhão, de alguns atletas e ex-atletas e de presidentes de alguns clubes que nos apoiaram.

Aí está a Joanna Maranhão na final do Campeonato Carioca.

Ali é o vídeo passando.

Como eu mencionei, tivemos algumas dificuldades, mas conseguimos ainda assim obter sucesso em algumas ações.

Essa foto aí foi no Campeonato Pernambucano.

É isso, gente.

O Ministério do Esporte deixa as portas abertas para este debate, que queremos fomentar. Este é um assunto delicado, e, como diz respeito aos nossos atletas, nós não podemos medir esforços para tratar dele, ainda mais sendo um assunto dessa pertinência.

Quero agradecer mais uma vez a oportunidade de participar desta audiência pública.

Eu estou à disposição de todos para responder qualquer pergunta.

Muito obrigada, Deputado Roberto Alves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu vou conceder a palavra ao Dr. Leonardo, porque ele foi citado.



O SR. LEONARDO ANDREOTTI PAULO DE OLIVEIRA - Muito obrigado, Deputado.

Eu quero contextualizar — porque estamos dizendo a mesma coisa e eu concordo com você —, dizendo que a natureza jurídica do patrocínio é no sentido de que para quem vale mais vai depender da conjuntura, vai depender das entidades.

Eu tive a oportunidade de trabalhar como representante da Inter de Milão no Brasil e aprendi com eles que, ao contrário do que ocorre no Brasil e na América do Sul — isso é um fato lastimável, mas nós ainda vamos conseguir alcançar uma situação melhor —, na Europa, o patrocinador vai até o patrocinado, e não o contrário, como acontece aqui — basicamente, é claro, no futebol, porque desperta mais interesse do público.

Então, eu concordo com você que essa é a realidade que nós vivemos, mas disse que, talvez, numa lei de caráter geral, a natureza do patrocínio tenha que ser pensada para que esse entrave legal não prejudique o andamento desse projeto.

E, falando em nome do Comitê Brasileiro de Clubes, até pela parceria que o CBC tem com o Ministério do Esporte em vários projetos, é claro que sempre que uma ação envolver os clubes esportivos sociais o CBC vai estar totalmente à disposição para angariar apoio, junto com o Ministério do Esporte, e tentar fazer alcançar a solução prática dessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Muito bem.

Eu quero registrar a presença do Deputado Federal Felipe Carreras.

Gostaria de passar a palavra a Sra. Luciana Santana Reis, Assessora de Comunicação do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan — CEDECA-BA.

A senhora dispõe de 10 minutos.

A SRA. LUCIANA SANTANA REIS - Não sei se vou conseguir fazer minha exposição em 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Se precisar de um tempo a mais, nós o daremos à senhora.

A SRA. LUCIANA SANTANA REIS - Boa tarde a todas e a todos.

Eu vou pedir licença e, por hoje ser o Dia do Assistente Social, vou saudar todos os assistentes sociais, até tendo como referência a fala que o senhor trouxe,



considerando-os, entre aspas, como “uma porta de entrada” para um trabalho que nós executamos dentro dessa área.

E vou pedir licença também para não especificar um ou outro indivíduo, mas parabenizar vários indivíduos que estão neste momento em um coletivo, participando do II Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Sobre a temática violência sexual e violação de direitos de crianças e adolescentes existe uma rede de enfrentamento que há muitos anos vem falando. O CEDECA-BA tem 27 anos de atuação direta pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes, e o trabalho desses atores e dessas atrizes — o colega gosta de utilizar esses termos — é um trabalho de luta diária para que meninos e meninas em situação de vulnerabilidade social tenham seus direitos assegurados.

Esse II Congresso marca os 18 anos da data de 18 de Maio, celebrado este ano; e os 10 anos da realização do I Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Sexual e do III Congresso Mundial, realizado na Cidade do Rio de Janeiro também em 2008. Neste ano, em especial, nós temos marcos históricos que representam muito para quem está na luta do enfrentamento de violências sexuais.

Eu quero saudar a Joanna, em especial na condição de mulher — não de atleta, mas de mulher —, porque nessa condição nós temos que nos preocupar com várias coisas, mas, de uma forma mais específica, quando nós saímos, entre as inúmeras violências com as quais temos que nos preocupar, está a violência sexual. Isso é muito cruel. Talvez nós não entendamos a dimensão disso, mas é muito cruel viver isso.

Joanna, você contribui quando você fala sobre a questão da pedofilia. É importante que não minimizemos os crimes de abuso e exploração sexual, trazendo como uma teia a questão da pedofilia, classificada pela Organização Mundial de Saúde como um transtorno de ordem psiquiátrica, e não como um crime.

Então, quando nós falamos sobre a questão da pedofilia como um crime, nós estamos caindo num equívoco, porque não necessariamente o indivíduo diagnosticado como pedófilo vai cometer o crime do abuso ou da exploração sexual. Ele pode ser um indivíduo pedófilo que não comete esse crime, mas todo e qualquer indivíduo, sendo pedófilo ou não — e de acordo com a própria Organização Mundial da Saúde essa condição acomete menos de 1% da população —, que pratica abuso



ou exploração sexual comete crime. Existe uma trama muito, muito, muito maior em relação àquilo que nós podemos pensar.

Infelizmente, eu faço um mea-culpa em nome dos meus colegas profissionais de comunicação, porque muitas vezes não nos aprofundamos no tema da forma como deveríamos. Quando nós falamos sobre violência sexual, estamos falando sobre dores e sobre vidas, sobre violências que vão ferir aquele indivíduo enquanto ele existir. O que nós costumamos fazer é minimizar dores e tentar trazer para a sociedade o quanto é importante falar sobre sexualidade, o quanto é importante falar sobre violações de direitos, o quanto é importante falar sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos, porque são direitos humanos. E esses direitos humanos precisam ser pautados, seja em campo, seja no espaço onde nós estivermos — porque em todo e qualquer lugar existem crianças e adolescentes, e eles precisam ter seus direitos assegurados dentro disso.

O CEDECA nasce com a missão justamente de defender e garantir esses direitos fundamentais de crianças e adolescentes, sobretudo o direito à vida e à integridade física. Hoje nós estamos neste espaço e agradecemos o convite.

Eu vi quando o senhor apresentou também as ações que estão sendo feitas pelos companheiros de outros centros de defesa e de organizações de direitos humanos que também trabalham e pautam essa temática, com atuações no setor.

Quero dizer para a companheira Lara que esse “não” que o Ministério do Esporte ouviu as organizações da sociedade civil escutam todos os dias. É como se nós disséssemos assim: *“Nós entendemos do que estamos falando; nós queremos ajudar; mas ainda temos que pagar por isso”*. Nós ainda temos que pagar por isso, porque nós estudamos, fazemos a campanha, elaboramos material, trazemos a pauta, mas não conseguimos chegar aos grandes espaços que vão fazer com que o nosso grito possa ecoar para mais e mais gente. Nós precisamos provar que aquele tema é de grande relevância para conseguir um espaço, muitas vezes pequenininho, para tentar entrar. Então, nós sabemos muito bem o quanto é difícil conseguir que essas coisas venham a acontecer.

No que diz respeito a material educativo, nos 10 minutos disponíveis, eu estou tentando trazer o máximo de informações para reflexões. A Joanna disse que também leva isso para várias pautas. Quero dizer que essa mesma Rede que conseguiu



construir a muitas mãos esse II Congresso que termina amanhã tem vários materiais que foram pensados e elaborados por essas pessoas que estão na luta em favor da garantia de direitos, falando sobre violência sexual, falando sobre o abuso, falando sobre exploração sexual, falando sobre as suas diferenças, falando sobre como essas violações chegam. Existem vários materiais dessa Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente que podem ser utilizados por diversos espaços.

Ontem mesmo, no Congresso, foi lançada uma série do *Canal Futura: Que Corpo é Esse?* Já houve uma série anterior: *Que Exploração é Essa?* Nós temos o vídeo da campanha ANA — Aliança Nacional dos Adolescentes, que traz temas sobre o corpo, porque muitas vezes nós não sabemos falar, mas tem muito material que nos ajuda.

O Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual e a Rede ECPAT Brasil estão na luta para tentar pautar temáticas de grande relevância.

Eu quero dizer que o tema da violência sexual não é de agora. Talvez nós o estejamos trabalhando com maior ênfase agora, mas, desde que a humanidade é humanidade, os crimes de natureza sexual existem, e, durante muitos anos, foi varrida a poeira para debaixo do tapete, porque falar sobre sexo até hoje é tabu. Por isso nós não temos costume de ensinar para nossos meninos e nossas meninas o processo de autoproteção nesse contexto. Assim, nós começamos a incorrer em vários erros. E, muitas vezes, quando vamos minimizar isso, não conseguimos. Talvez se essas crianças e esses adolescentes conhecessem de fato o que são as violências sexuais o processo de autoproteção fosse um pouco mais rápido, vamos dizer assim, pelo conhecimento, pelo processo de denúncia, por aquele empoderamento desse indivíduo do qual nós sempre falamos e que nós sempre almejamos.

No Estado da Bahia, durante o período da Copa, quando houve um grande *boom*, nós conseguimos trazer os legados que nós queríamos deixar — o nosso legado é de luta histórica, que se materializa através de publicações, estudos e formações que fazemos. E não foi diferente no período da Copa. O CEDECA é o centro de defesa pioneiro no que diz respeito a inúmeras ações que hoje são replicadas no Brasil — inclusive a celebração da data de 18 de Maio foi uma luta que se iniciou pelo CEDECA da Bahia, os fluxos de proteção à criança e ao adolescente e tantos e tantos outros materiais que são referência, citando o PAI, o Programa



Sentinela e os desenhos que temos hoje das políticas de atenção e de atendimento. Essas ações têm a sua luta histórica marcada no Estado da Bahia.

Em 2012 nós lançamos mais um marco, que foi uma pesquisa inédita e exclusiva no Brasil sobre riscos e oportunidades para crianças e adolescentes no futebol. E essa pesquisa, de âmbito estadual, mostrou para nós o que o senso comum nos diz. Nós trabalhamos com os clubes do Estado: o Esporte Clube Vitória e o Esporte Clube Bahia, a Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente, o sistema de garantia de direitos, mais de 40 atores. O estudo indicou basicamente que meninos e meninas que praticam atividades esportivas estão expostos a diferentes situações de vulnerabilidade e de violações de seus direitos, como ameaças à saúde, a questão do estudo, porque eles deixam de estudar, a convivência familiar e até o enfrentamento de violência sexual.

O convite que sempre fazemos é para que se mude o olhar diante do problema, porque o problema sempre existiu. Mas, a partir do momento em que mudarmos o nosso olhar para o problema, talvez consigamos uma interdisciplinaridade de que tanto se precisa para tratar a causa, porque a violência sexual é muito perniciosa e tem teias inimagináveis. E trabalhar as questões que envolvem as violências sexuais não depende de um ou de dois atores; depende de uma rede.

Portanto, não fechem as portas para as instituições que estão nessa luta. Reconheçam essas *expertises*, chamem-nos para somar, porque é isso o que queremos. Nós queremos somar, mostrar que, funcionando como rede de proteção à criança e ao adolescente, podemos alcançar caminhos inimagináveis e garantir efetivamente o que eu acredito que seja o desejo de todos: crianças e adolescentes reconhecidos como sujeitos de direito, em condição peculiar de desenvolvimento, como o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê e preconiza.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Agradeço à Sra. Luciana Santana a participação.

Passo a palavra agora à Sra. Rosane Carneiro.

A SRA. ROSANE CARNEIRO - Eu sou empresária da Joanna. Estamos nessa luta desde a época em que eu era técnica dela de natação. Fazemos, em conjunto,



palestras pelo Brasil todo, falando da história de vida e do enfrentamento ao assédio que a atleta viveu.

Eu acredito que, após toda a mobilização que ela conseguiu desde a ocasião em que foi à mídia para falar sobre o assunto, em 2008, 10 anos depois, momento que estamos vivendo agora, as pessoas começam a ter outra visão sobre as denúncias. Sempre existiram os assédios, mas infelizmente os atletas não tinham condições de falar por questões de preconceito, de retaliação por parte das confederações, etc.

Portanto, 10 anos depois, ela abriu efetivamente essa porta de oportunidades para outros atletas também poderem falar. Ela é praticamente a porta-voz deles, mostrando como agir, o que fazer nesses casos. Acredito que, a partir dessas ações, ela encoraja outros atletas e outras pessoas que também já passaram por isso, e não só com treinadores. Há outras pessoas dentro do esporte que têm acesso ao corpo do atleta, como fisioterapeutas ou profissionais com proximidade maior. Então, não podemos afirmar que só treinadores e professores de educação física têm esse acesso tão de perto.

Infelizmente, ainda há atletas que ficam com medo de denunciar, com receio de que os profissionais que fizeram esse assédio percam o emprego. Por conta disso, eles têm pena. Eles podem perder o emprego, mas têm família, têm filhos. Só que esse tipo de atleta não está conseguindo se enxergar como vítima de uma ação de assédio de outros profissionais, que não os seus treinadores. Então, ainda há atletas que têm dificuldade de externar e denunciar o assédio. Mas esse problema não ocorre só dentro do meio de treinamento deles. Como disse, outras pessoas têm oportunidades de acesso ao corpo do atleta, em massagens, em fisioterapia. Nós desconhecemos muitos fatos, porque ainda há atletas que não têm coragem de falar e estragar a vida do outro, sendo que isso, de alguma maneira, traz um dano muito grande à vida dele.

Esse trabalho da Joanna, feito já há muitos anos, agora fica fortalecido, porque os responsáveis por outras modalidades, graças a Deus, estão abrindo oportunidade para se averiguar algumas denúncias. Esses atletas conseguiram, através de uma porta, abrir outras janelas. Assim, eles conseguem encorajar os outros a também denunciar isso. Na verdade, essas histórias não são de agora.



Na maioria dos casos envolvendo ginastas, por exemplo, esse tipo de problema aconteceu sempre quando eles eram iniciantes no esporte, como foi o caso da Joanna, aos 9 anos de idade. Nas categorias de base, infelizmente, as crianças não têm discernimento para saber o que pode, o que não pode; o que está certo, o que está errado. E aí acabam sendo vítimas de pessoas que se aproveitam dessas oportunidades.

Já comentamos em outra palestra a possibilidade da realização de exames — não psicotécnicos — com cada profissional que estivesse trabalhando com crianças na modalidade de base, para saber se a pessoa tem algum desvio. Eu sei que isso é muito difícil, porque você acaba denunciando o profissional, que diz: *“Você está desconfiando da minha integridade como técnico, como profissional”*. De qualquer maneira, é preciso traçar um perfil desses profissionais, porque não se sabe o que há detrás de um diploma. O profissional é formado, mas tem a parte de caráter, de índole. E isso não tem como medir, só se for através de profissionais especializados, como psicólogos clínicos, psicanalistas, e tudo o mais, que podem ajudar nesse caso. Infelizmente, isso ainda não existe, porque seria considerada um pouco invasiva essa desconfiança em relação aos profissionais.

Esse é um trabalho que não só o atleta tem que desenvolver, como vítima, no caso de Joanna. As confederações estão dando seus primeiros passos, por meio do Comitê Olímpico, ao criar uma linha direta. Esse é um caminho sem volta, uma reta sem retorno, em que muitos atletas foram perdidos, no caso da ginástica, por conta de assédio, porque acabaram desistindo do esporte. O que gostavam de fazer acabou virando uma tortura.

Acreditamos até que esse é um motivo de evasão dos atletas: *“Ah, eu não quero mais fazer o esporte”*. Mas nunca se averiguou o porquê. Pode até mesmo ser por conta de que alguma coisa aconteceu, mas nunca ninguém vai saber. *“Eu prefiro desistir do esporte que eu tanto amava por conta de uma coisa que eu não posso contar para ninguém.”*

Agora há uma oportunidade enorme de se falar disso. E, graças a Deus, eu acho que não tem como voltar mesmo.

É o que acontece dentro do esporte, e tivemos oportunidade de testemunhar essa prática. Eu sei que é uma dor muito grande para quem já viveu esse assédio. Eu



às vezes falo para a Joanna: *“Eu sei que é dor para você falar disso, mas você ajuda muitas outras pessoas que não têm oportunidade de externar suas dores também”*.

É isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Agradeço à Sra. Rosane Carneiro a sua fala.

Concedo a palavra à Sra. Helga Jucá, representante da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. S.Sa. dispõe de 10 minutos para sua exposição.

A SRA. HELGA JUCÁ - Eu queria agradecer o convite de estar aqui representando a Secretária Nacional, Maria Aparecida Moura, que se encontra em evento em Divinópolis.

Parabenizo a Comissão, por meio do Deputado Roberto Alves, a Joanna Maranhão, por sua posição, e todos os presentes.

Quero dizer que a Secretaria da Mulher também atua em defesa da mulher, contra a violência doméstica, enfim, contra todos os tipos de violência contra a mulher, contra a criança e contra o adolescente.

Quero parabenizar Walter Feldman, Alberto Neto, representando o Conselho de Ética, Leonardo Oliveira e todos os presentes. É uma honra estar aqui.

Muito obrigada pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu é que agradeço à senhora a presença nesta audiência.

Concedo a palavra ao Sr. Aleksander “Alê” Montrimas, que participará desta audiência através de videoconferência. O senhor disporá de 10 minutos.

(Segue-se participação por videoconferência.)

O SR. ALEKSANDER MONTRIMAS - Boa tarde.

O meu nome é Alê Montrimas. Fui jogador de futebol por 20 anos, sou autor do livro *Futebol: Sonho ou Ilusão?* e há 4 anos dou palestras sobre prevenção ao assédio, ao abuso e à exploração sexual.

Há cerca de 2 anos visitamos os clubes de futebol, através do Sindicato de Atletas de São Paulo, de forma preventiva — indo ao encontro do que a Joanna falou —, explicando aos atletas, primeiro, o que é assédio, abuso e exploração sexual. É impossível haver denúncia se o jovem não entende que aquilo que está acontecendo



com ele é um crime. Normalmente, vê-se no futebol casos de abuso por parte de pessoas que têm o poder: treinadores, diretores, empresários, olheiros.

No ano passado visitamos mais de 35 clubes, falamos para mais de 1.500 jovens, do Sub-11 no futebol, com 10 anos de idade, aos atletas de 23 anos de idade.

Durante a história do futebol no Brasil, quando começamos a falar sobre o assunto, as pessoas achavam que os casos de abuso no meio de futebol eram esporádicos. Afirmo, através da minha história no futebol, de 20 anos, que fui assediado durante 10 anos — período de categoria de base em que eu estive em clubes pequenos, sem estrutura. Fui assediado de maneira agressiva, porque eu estava vulnerável naquele momento.

Entendemos que o assédio, o abuso e a exploração sexual aconteceram, acontecem e, infelizmente, ainda vão acontecer em todos os clubes de futebol. Está longe ainda de tirarmos essas pessoas de perto do futebol.

Como foi dito aqui, o abuso não vem somente de pessoas que estão dentro dos clubes de futebol — diretores, treinadores, fisioterapeutas, massagistas, olheiros. Ele acontece muito na hora em que o menino sai do alojamento. Onde tem alojamento de futebol, os abusadores estão em volta. Eles sabem onde esses meninos vão comer *pizza*, qual *shopping* eles frequentam, em qual balada eles vão, porque são jovens e saem.

Houve um caso no interior de São Paulo, em que, no meio da palestra, o diretor pediu a palavra para dizer que os meninos, no caminho do alojamento do clube até à escola, estavam sendo parados por pessoas em carros na rua tentando aliciá-los com oferta de comida. Temos clubes no Brasil que, infelizmente, não têm as mínimas condições para que esses meninos possam viver, onde esses meninos possam morar. Eu joguei em clube que não tinha o café da manhã para eu poder treinar. Muitas vezes, eu não tinha o almoço na volta do treino.

Esses abusadores que andam em volta dos clubes de futebol sabem da vulnerabilidade desses jovens, que estão longe dos pais. São muitos jovens juntos. Eles entendem que o futebol é luxo, fama — é isso o que eles estão buscando —, mas vivem uma realidade difícil. E esses abusadores veem nessas crianças, nesses jovens, que muitas vezes não são mais crianças, são jovens de 15, 16, 17 anos, um canal muito fácil, porque eles estão em condição vulnerável.



O trabalho que nós do sindicato fazemos hoje é de prevenção — e muito mais do que isso. Eu vi a campanha que fizeram no Campeonato Carioca — muito legal, um avanço muito grande. A Joanna sabe do que eu estou falando. Já faz 4 anos que eu falo sobre isso. Quando eu comecei, todo mundo disse: “*Cara, não fala isso... Futebol, você vai mexer...*” Muita gente estava com medo do que podia ser gerado com isso.

Achei muito legal essa campanha. Estão de parabéns! Mas nós temos que envolver os meninos e encorajá-los a falar. Nós trouxemos para o Brasil o Andy Woodward. É um inglês que há 1 ano e meio fez uma denúncia pública de que ele foi abusado sexualmente dentro de um clube de futebol na Inglaterra. Após isso, houve mil casos de denúncia no futebol inglês. Aí, você pega o tamanho da Inglaterra e o tamanho do Brasil, não se comparam. Nós tivemos no Brasil, nos últimos 7 anos, apenas cem casos denunciados no futebol brasileiro. Então, não há denúncia no Brasil. Mas não há denúncia por falta de informação, por falta de incentivo. E os meninos têm uma dificuldade ainda maior de denunciar.

Então, é preciso uma campanha com esses jogadores de futebol, com as meninas do esporte. Esses casos não são só do futebol, da natação ou da ginástica. Eu acho que ainda falta muito para acabar com esse tabu, para que o jovem comece a denunciar. Todo mundo que está presente na audiência hoje de alguma maneira está envolvido com o tema, e sabemos que o silêncio é a maior arma do abusador. Então, esse trabalho de prevenção, de incentivo, precisa ser muito mais aberto, muito mais exposto.

Nós fizemos uma campanha há 4 meses, em que usamos como parceiros 29 jogadores de futebol, entre eles Lugano e Rodrigo Caio, jogadores que falam para milhões, falando sobre assédio sexual. Então, primeiro nós precisamos tirar esse tabu do tema, para que esse jovem não se sinta marcado, para que essa criança não se sinta abafada.

Para finalizar, sobre a importância da prevenção, nós tomamos conhecimento, recentemente, nos Estados Unidos, do caso de um médico que abusou de mais de cem garotas da ginástica olímpica. Se houvesse um trabalho de prevenção em todos os esportes, por meio de palestras ou de trabalhos de informação, talvez a primeira menina abusada por esse médico soubesse que aquilo era um crime e seria



incentivada, através de exemplos de outros atletas, a denunciar, porque ela não gostou daquele toque que sofreu; talvez 99 meninas não tivessem passado pelo que passaram, porque esse médico já estaria preso na primeira vez.

Então, o trabalho de prevenção e o incentivo à denúncia são tão importantes quanto o canal de denúncia e as medidas para que esses abusadores sofram a pena que merecem.

Também estou à disposição. Nós também recebemos denúncias. Hoje, quando recebemos uma denúncia, fazemos um encaminhamento para os órgãos competentes.

Acredito que estamos só no primeiro passo, um pequeno passo, mas um passo importante para realmente tirar o tabu desse assunto. Nós estamos falando que quem vai fazer essas denúncias são crianças e jovens. Infelizmente, eu afirmo que isso não é do futebol. Em todo esporte no Brasil acontece a tentativa, o assédio, o abuso e a exploração sexual. O esporte começa com crianças e jovens que estão em busca de um futuro melhor e estão longe dos pais. Crianças e jovens que estão longe dos pais estão vulneráveis.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Agradeço a participação do Sr. Alê Montrimas, do Sindicato de Atletas de São Paulo.

Finalizadas as apresentações, abriremos espaço para o debate. Antes, porém, eu gostaria de passar a palavra à Deputada Federal Erika Kokay, autora do projeto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu queria cumprimentar todos os que fizeram uso da palavra e todos os demais presentes, desejando uma boa tarde para cada um e cada uma de vocês.

Vou contar um pouco da história desse projeto, que foi construído com a percepção de muita dor. Eu tive a oportunidade de presidir uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava a violência sexual contra crianças e adolescentes. Vi muita coisa que eu não queria ter visto e vivi muita coisa que eu não queria ter vivido.

Nós vamos perceber que a violência sexual contra crianças e adolescentes, que atenta contra a nossa própria humanidade, é uma realidade em vários locais deste



País, é uma realidade que vai destruindo a possibilidade de vivência plena da infância e da adolescência.

Eu penso que muitas violências estão concentradas na violência sexual contra crianças e adolescentes: a violência adultocêntrica; a violência, via de regra, étnica; a violência de gênero; a violência social; a violência das desigualdades sociais, no que diz respeito particularmente à exploração.

Naquele momento, nós recebemos muitas denúncias de abuso sexual e até de exploração sexual em escolinhas de formação de atletas. Ali percebemos que deveria haver uma proposição para estancar esse processo, estancar esse nível de sofrimento.

A criança vítima de violência sexual vive uma dualidade extremamente nociva, até porque, via de regra, existe uma relação de hierarquia, de ascendência econômica, política ou afetiva.

No que diz respeito à violência dentro das escolinhas de formação de atletas, nós estamos lidando com o sonho desses meninos e meninas, aquilo que eles almejam construir para as suas próprias vidas. Aquele sonho se transforma em um canal para que essa criança ou esse adolescente tenha negada a sua própria infância.

Naquele momento, nós identificamos que era preciso criar instrumentos para coibir a violência sexual relacionada às grandes obras, aos canteiros que muitas vezes são considerados um Eldorado, um sonho a ser perseguido por aquela comunidade. Via de regra, deixam um rastro de violência, com um aumento substancial do número de estupros e de gravidezes precoces.

Nós achamos que deveríamos apresentar uma proposição nesta Casa, para que tivéssemos um compromisso das empreiteiras com o Estado e com a própria sociedade sobre a elaboração de planos de enfrentamento à exploração sexual. Eram necessários não apenas a elaboração ou a discussão de benefícios para a comunidade, mas também esse recorte de proteção a crianças e adolescentes, seguindo o que está no Estatuto: crianças e adolescentes são detentores e beneficiários da doutrina de proteção integral.

Eu penso que isso é absolutamente lapidar e não pode ser coisa menor, até porque a proteção é a única prioridade absoluta e constitucional, no nosso País, para a criança e o adolescente.



Portanto, nós estamos falando de algo que indica que há uma preocupação menor e que por muito tempo foi invisibilizado. Todos os dias nós lutamos para lembrar o lema da campanha Faça Bonito, para que haja a denúncia e se rompa o silenciamento que vem muito carregado de insegurança e é muito pesado, muito destruidor, particularmente para quem sofre a violação e a violência sexual. É muito pesado o silenciamento.

Em verdade, todas as crianças vítimas de violência sexual falam, só que muitas vezes não falam de forma que possam ser entendidas: falam pelo corpo, falam pelas lágrimas, falam pelo silêncio. Elas falam! É preciso que a sociedade consiga acolher aquela fala, para rompermos uma impunidade que existe. Essa impunidade acaba por naturalizar a violência e também afronta o Estado Democrático de Direito. Se há a denúncia e se a impunidade permanece, a denúncia se enfraquece e a condição cidadã de denunciar o abuso e buscar os direitos também se enfraquece. O medo, muitas vezes, se instala, consolidando o silêncio.

Também é preciso assegurar o atendimento. A Joanna falava sobre isso. É preciso haver o atendimento! Sabem o que eu ouvi uma vez? Pode passar muito tempo, mas eu não vou esquecer o que disse uma menina do Nordeste: *“A minha vida acabou!”* Ela tinha sido vítima de violência aos 11 anos, já estava com 13 anos, e nada tinha sido feito. Ela não tinha um acolhimento para ressignificar a própria vida. Ela dizia: *“A minha vida acabou! Eu não sou mais pura”*. Ela foi culpabilizada e se sentia culpada porque foi vítima de violência sexual.

Portanto, é preciso assegurar o atendimento, romper a impunidade e estabelecer compromissos com o conjunto da sociedade, com o Estado e com a própria família, porque diz o Estatuto da Criança e do Adolescente que a responsabilidade de assegurar direitos da criança e do adolescente é da família, do Estado e da sociedade.

No decorrer da CPI, verificamos tanta violência contra crianças e adolescentes, tanto silêncio, tanta naturalização, tanta impunidade, que achamos que deveríamos construir uma proposição com a CBF, na perspectiva de prevenir, impedir e também enfrentar a violência, atestada pela própria CPI, nas escolinhas que formavam atletas.

Nesse sentido, nós fizemos um pacto com dez itens, dos quais a CBF cumpriu parcialmente dois. Inclusive, aqui está a fala do representante da CBF que atesta isso.



Um dos itens era: apoiar campanhas educativas no âmbito do COB — foi feito parcialmente, porque não atingiu o conjunto e não teve o recorte de prevenir ou impedir a violência sexual ou o recorte da violência sexual. O outro item foi: apoiar as campanhas e qualificar os profissionais. Entretanto, os outros itens não se transformaram em realidade. Isso foi um pacto assinado pela CBF.

É óbvio que aqui não estamos falando apenas das escolinhas de futebol. Estamos falando das escolinhas que formam atletas nas mais variadas modalidades. Esse não é um fenômeno só do futebol. Via de regra, particularmente nas escolinhas de futebol, mas também em outras escolinhas formadoras de atletas, vemos que não é assegurada a convivência familiar.

Um dos itens do pacto fala em assegurar o diálogo permanente com as famílias. Há que se assegurar o diálogo permanente com as famílias. Aqui nós temos depoimentos. Eu recomendaria a todas e a todos que conhecessem o relatório da UNICEF *A infância entra em campo: riscos e oportunidades para crianças e adolescente no futebol*. Nele podemos perceber que as famílias não têm contato direto com essa criança ou com esse adolescente que está na escolinha de futebol. Também vamos perceber algo absolutamente importante, como, por exemplo, a fala de um menino que dizia. *“Todo sonho tem um preço a pagar. O sacrifício é estar longe da família, passar até 4 ou 5 meses sem ir em casa, mas estar em contato com eles. Eles ligam para a gente e sempre estão nos apoiando.”*

Sabem o que isso indica? Primeiro, um afastamento da família. Sabem o que isso aqui também indica? Que há um preço a pagar e que há um sofrimento. Justifica-se um sofrimento que é evitável, justifica-se o sofrimento da apartação da família, porque é o sacrifício que se tem que pagar.

Por isso, penso eu que nós precisamos envolver o conjunto das entidades, dos clubes que têm escolas, para termos uma responsabilidade com as nossas crianças e com os nossos adolescentes.

A Joanna Maranhão, quando fala que não deveriam ser apenas os bancos públicos, está coberta de razão. Há que se incluir todas as empresas, porque há empresas que não são bancos e patrocinam esses clubes. Há que se ter um compromisso dos clubes, a fim de que não existam ali espaços para que a infância seja roubada, para que não tenhamos tantos direitos violados. Por isso, é correto



ampliar essa perspectiva para todas as empresas. Deveríamos também assegurar o atendimento, para ressignificar.

Aqui nós temos dados que dizem respeito, por exemplo, aos clubes de futebol formadores de atletas: há 59 assistentes sociais. Na Região Norte, nós temos apenas um ou uma assistente social em clubes de futebol — apenas um assistente social! São profissionais que deveriam estar em todas essas instâncias, em todos esses clubes, para que tivéssemos o nível correto de atendimento.

Também quero dizer que acho importante que nós possamos avançar com esta audiência. Segundo dados de um jornalista que esteve aqui e participou da audiência realizada no final de 2017, há mais de cem casos conhecidos. Nós sabemos que há uma subnotificação, pela vergonha, pela dor, pelo medo. Há uma subnotificação de cerca de 7% a 10% dos casos.

Nós tivemos 102 casos, de 2011 até o dia da audiência, em 2017. Foram 102 casos! Imaginem o volume de violência sexual nas escolinhas de formação! Este é um fenômeno que precisa ser considerado como tal. Se a parede é de vidro e se o teto é de vidro, eles são negados, porque são invisibilizados. Aos serem negados, você não consegue enfrentá-los, porque são negados e não existem. Por não os enfrentar, você provoca uma culpabilização desses meninos e meninas, e eles mesmos internalizam um sentimento de culpa. São invisibilizados, mas acontece o sofrimento com ele ou com ela. É um sofrimento, uma responsabilidade ocasionada a partir da falta de proteção. São seres que estão numa etapa de desenvolvimento peculiar da vida. Como bem falou a Joanna, os sentimentos são antagônicos e não são tão percebidos.

Por isso, há a importância da capacitação. Por isso, há a importância da relação com os órgãos e os conselhos tutelares, os conselhos de direitos, para que possamos acompanhar esse processo nas escolinhas.

Quero lembrar que, à época, esses itens foram assinados em conjunto com a CBF, que simplesmente não os implementou, numa demonstração — penso eu — de desrespeito ao próprio Parlamento. Se foi assinado um pacto com uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com o Parlamento, se foi assumido o compromisso de cumpri-lo, mas isso não foi feito, houve um desrespeito ao Parlamento. Mas esse



desrespeito ao Parlamento seria menor se não houvesse um desrespeito às nossas crianças e aos nossos adolescentes.

Parte do que seria esse pacto nós transformamos em condicionantes para a liberação de patrocínio para as escolinhas que formam atletas em todas as modalidades esportivas no Brasil. Penso que é preciso avançar nessa perspectiva.

Como já falei, há também o exemplo das grandes obras. Havia um compromisso, com condicionantes, para a liberação de licença social e ambiental para a realização de grandes obras. Que se construam pactos ou planos de enfrentamento também para o financiamento público dessas escolinhas ou desses clubes ou dessas entidades, assegurando-se o cumprimento de todas as condicionantes.

A CBF diz que imprimirá, no futuro, 10 mil cartilhas para prevenir o tráfico interno e externo de atletas — é outro fenômeno que aqui nós vimos. É importante que haja esse compromisso. Vamos estar atentos a ele.

É importante também que haja convênio entre o Disque 100 e as estruturas da CBF, dos clubes, para que se crie uma rede de proteção. Além disso, é necessário que haja um certificado de clube formador. O que existe hoje não diz respeito ou não tem a profundidade necessária para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, inclusive com recorte de impedir a violência sexual. Se vai haver uma reformulação dessa condição, é importante que a conheçamos, para que possamos discuti-la e tentar contribuir para aprimora-la.

Mais do que isso, estamos estabelecendo — é um projeto que sai da CPI — a responsabilidade solidária dos clubes pelos abusos. Eles têm que ser responsabilizados, porque nós sabemos que a impunidade é menor quando diz respeito a relações interpessoais em que não há poder econômico e político envolvido. Vejam o caso das meninas violentadas em Coari pelo então Prefeito! A impunidade é mais enfrentada quando não há poder político e econômico envolvido.

Dessa forma, por meio de uma responsabilidade solidária, precisamos responsabilizar também os clubes pela existência dos abusos. Obviamente, se comprovada a efetiva participação dos clubes, estes não podem funcionar como escolinhas de formação com esse nível de enfrentamento com a humanidade, esse nível de enfrentamento com a democracia, com os preceitos básicos.



Eu me pergunto se devem continuar existindo financiamentos a clubes por parte de bancos ou empresas que não fiscalizam essa área, não se preocupam com o tema, não o qualificam, não enfrentam a exploração e a violência sexual e se recusam a assinar condicionantes como essas, passíveis de modificação e aprimoramento pelo Relator. Esses clubes também não devem continuar funcionando, de alguma forma, seja porque ficaram calados, seja porque não adotaram ações de mais protagonismo, contribuindo, assim, para a violência sexual de crianças e adolescentes, que têm seu sonho transformado num profundo sofrimento.

Betinho disse que, quando não conseguimos mais ver numa criança uma criança, é porque ela foi vítima de tantas violações que só conseguimos ver o que fizeram com ela. Para que consigamos ver sempre em cada criança uma criança e em cada adolescente um adolescente é que esse projeto, com as modificações pertinentes, precisa ser aprovado na Câmara Federal. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Agradeço à Deputada Erika Kokay as palavras.

Passo a palavra ao Deputado Capitão Fábio Abreu.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO FÁBIO ABREU - Boa tarde.

Cumprimento o proponente desta audiência pública, o Deputado Roberto Alves, e parablenizo a Deputada Erika pela iniciativa.

Como bem disse a Deputada, também é do nosso entendimento que deve haver algumas modificações no projeto de lei. A principal delas, em minha opinião, é a de que isso não se limite somente a instituições públicas. Eu acho que, no caso de qualquer patrocínio para qualquer instituição que venha a coordenar esporte, é preciso que haja essa linha de ação relativamente à prevenção.

Outro aspecto que está sendo tratado são os requisitos para que empresas possam receber patrocínio. Tenho esta preocupação. E aqueles clubes, como citou o Alê, que sequer têm condições de oferecer um café da manhã? Significa que não têm patrocínio? Significa que funcionam à margem desse sistema e teoricamente não têm condições de dar assistência ou fornecer essa parte. É algo que, em minha opinião, também devemos discutir, quanto a haver repasse, de alguma forma, para esses clubes.



Digo isso porque sou do Estado do Piauí e costumo acompanhar muito essa parte de formação, principalmente no caso de escolinhas. Vejo as dificuldades que as pessoas têm para continuar com seus projetos.

Eu tenho a opinião de que devemos ter uma forma de chegar a essas crianças, a esses jovens com essa mesma filosofia de prevenção. A prevenção é fundamental não somente para a criança, para o atleta, mas também para a família. É importante observar o contexto familiar que normalmente envolve essas crianças. Os pais devem ser também capacitados, devem receber esse treinamento, para que possam avaliar e diagnosticar os primeiros sinais.

Eu sou testemunha de um projeto, no Estado do Piauí, de que participam 15 mil crianças. Uma das exigências é a participação da família, dos responsáveis. A partir daí, há condições de fazer com que essas pessoas tenham conhecimento do que acontece com esses jovens, com essas crianças.

Em minha opinião, precisamos estender esses pontos para outras instituições que não sejam cobertas totalmente por esses patrocínios e dar essa assistência àquelas comunidades, àqueles Municípios que tenham maior dificuldade.

Parabenizo todos os que participaram aqui dos debates, das exposições. Acho que todos estão no caminho. Deve ser tratado esse assunto, que é complicado.

Eu falo sobre isso também por experiência própria. Fui Secretário de Segurança do Estado do Piauí por 3 anos e meio e ouvi muitos depoimentos, principalmente das delegadas responsáveis pela apuração de casos desse tipo. A carga que elas têm em cada apuração sobre esse tema é muito grande. Imaginem a da criança que sofre esse abuso.

Por isso, nós temos também essa preocupação e o interesse de colaborar quanto a esse assunto.

Nós nos colocamos à disposição para que possamos, também por meio desta discussão, aperfeiçoar essa ideia, que reputo ser de suma importância.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu é que agradeço.

Tem a palavra o Deputado Felipe Carreras.

O SR. DEPUTADO FELIPE CARRERAS - Boa tarde.

Queria cumprimentar o Deputado Roberto Alves, autor do requerimento.



Cumprimento a minha conterrânea Joanna Maranhão. Ela é uma arretada. Em Pernambuco, se chamamos uma pessoa de arretada, é porque ela é brilhante, querida, vitoriosa. Ela é um grande orgulho para todos os pernambucanos, por tudo o que alcançou, por todo o trabalho que tem desenvolvido. Ela é fonte de inspiração não só por tudo o que conquistou no esporte, mas também por sua coragem — quanto ao tema que estamos debatendo nesta audiência pública, temos que falar de coragem.

Joanna, você é um grande orgulho para nós. Eu fico feliz de vê-la aqui. Um dos motivos de eu estar nesta reunião, em que se debate um tema tão importante para o Brasil, é a sua presença.

Cumprimento e parabenizo o Deputado Roberto Alves, o autor do requerimento, e a Deputada Erika, a autora do projeto. Podem contar conosco. Esse tema, que dialoga com a cidadania, que dialoga com direitos, está sendo debatido na Casa do povo brasileiro. É algo em relação a que temos que ter todo o empenho, para lhe dar celeridade, para fazer com que os clubes realmente cumpram com esse compromisso. Sabemos de todos os valores que o esporte emprega, integra, sabemos que educa, disciplina, liberta. Temos que ter essa atenção, temos que ter esse olhar.

Aproveito a oportunidade para dar um voto de confiança à CBF. Walter Feldman está presente nesta audiência pública. Foi Deputado Federal, é uma pessoa que tem visão política, tem visão social, tem compromisso. Não tenho nenhuma dúvida de que ele, representando a CBF, vai atender todas as demandas necessárias. A Copa do Mundo já está batendo na porta. Não tenho nenhuma dúvida, pela pessoa, pela figura que Walter Feldman representa, de que a CBF será uma grande parceira. Estou certo de que ele será um grande aliado, de que a entidade será uma grande aliada. Quero dar esse voto de confiança ao Walter, porque ele será um grande aliado em relação a tudo aquilo que foi dito aqui pela Deputada Erika.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, cumprimento todos os nossos convidados, a nossa queridíssima Joanna, que orgulha não só Pernambuco, mas todo o Brasil. Joanna é orgulho dos brasileiros e do mundo esportivo de um modo geral. Ela já esteve aqui conosco em outras ocasiões para debater assuntos sobre a



Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos e deu uma contribuição também importante, no sentido da renovação daquela instituição, que foi objeto de audiência pública nesta Casa. Cuidou-se de afastamento de diretoria. Parece-me que o ex-presidente foi até para a cadeia. Então, ela tem dado uma contribuição importante em relação a esses temas. Quero parabenizá-la pela sua colaboração ao esporte brasileiro e também pela sua coragem e exemplo de cidadania.

Quero cumprimentar o nosso querido Deputado Walter Feldman, que é Secretário-Geral da CBF, o Presidente do Conselho de Ética do COB, Alberto Neto, e o Gerente Jurídico do CBC, Leonardo Oliveira.

Cumprimento V.Exa., Sr. Presidente, pela iniciativa deste debate absolutamente pertinente entre nós.

Cumprimento a Deputada Erika Kokay, autora deste projeto.

Fico feliz pela conjugação de interesses e declarações de apoio a este projeto, que é mais uma iniciativa no sentido de coibir definitivamente essa chaga social que nos acompanha. O Brasil está entre os dez países do mundo que mais violam direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Isso é uma tragédia! O Brasil, um país multiétnico, a oitava economia do planeta, não pode mais suportar esses indicadores de agressão, de violação desses seres que são absolutamente tutelados. Talvez esse crime, essa tragédia seja a mais grave das tragédias em escala social, porque ela se abate contra adolescentes, crianças, bebês.

Eu presidi uma CPI de combate à exploração, ao abuso e à violência sexual no meu Estado, o Pará, e fui Presidente, nesta Casa, da CPI de enfrentamento ao tráfico de pessoas, que, aliás, produziu uma legislação inédita no Brasil. A nossa legislação se ancorava no Protocolo de Palermo, de que o Brasil é signatário. Nós não tínhamos uma legislação típica de enfrentamento dessa questão.

A tragédia desses abusos produz consequências e traumas definitivos para crianças e adolescentes no Brasil: retardamento do processo de desenvolvimento cognitivo, comprometimento do desenvolvimento psicossocial e afetivo, retardamento memorial. Há uma série de efeitos colaterais para quem é vítima desse tipo de abuso.

É um crime ainda desconhecido da maioria da sociedade brasileira na escala em que ele se apresenta, porque é um crime silencioso, sem testemunha, praticado



entre quatro paredes, numa relação de confiança. É praticado, via de regra, por pessoas insuspeitas, pessoas próximas ou familiares.

Então, nós precisamos enfrentar isso sem dó, sem tolerância, Deputado Roberto. E fico feliz de já saber da sua posição favorável a este projeto, com os aperfeiçoamentos, é claro, que a sua sensibilidade e a sua escuta nessas audiências lhe propiciarão.

Nós na CPI tivemos exemplos fartos disso. Um olheiro muito conhecido no Nordeste, chamado Doutor, foi condenado duas vezes por esse tipo de prática. Agia de maneira recorrente. Saía de um Estado e ia para o outro, depois da prisão inclusive, era compulsivo. Vitimou centenas de jovens, como representante de clubes.

Os episódios levaram à condenação a Portuguesa Santista. A Portuguesa Santista foi condenada pela Justiça de São Paulo. Nós tivemos oportunidade, na CPI, de ouvir o Presidente da Portuguesa Santista, que chorava feito uma criança, um senhor dos seus 75 anos. O pai foi também presidente desse clube, uma tradição da família toda. Ele não tinha a menor ideia de que terceiros usavam o nome da Portuguesa Santista para capturar jovens supostamente talentosos.

Do meu Estado, o Pará, sete jovens foram parar na Portuguesa, vítimas de assédio, de pedofilia, de perda de vínculo com a família, com a escola. Todos os seus direitos preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente foram violados porque alguém, em nome de um clube importante, apresentava-se a uma população carente, a famílias, algumas delas, eu diria, famintas, e dizia que iriam ter uma oportunidade de ouro.

Imaginem o que passa pela cabeça de uma família como essa quando uma pessoa se apresenta como empresário ou representante de empresário, de um clube, e convida um jovem dessa família, de periferia deste País, para virar um craque. Faz propaganda enganosa, diz que esse jovem vai virar um sujeito famoso, rico, vai se consagrar num grande time de futebol brasileiro. A família pensa: *“Esse é o bilhete premiado. Deus é pai. Apareceu a oportunidade, que não dá para recusar”*. E esse jovem, muitas vezes, é levado para o calvário.

Foi isso o que aconteceu com esses sete jovens paraenses, entre outros que foram capturados. Isso foi denunciado por uma conselheira tutelar de São Paulo, foi



bater na mão da Dra. Eliana Vendramini, Promotora da Infância de São Paulo, e acabou gerando uma condenação.

Nós temos convicção de que a direção da Portuguesa não tinha conhecimento dessa prática criminosa terceirizada. Mas, evidentemente, o clube não pôde fugir de constar do polo passivo dessa responsabilidade, porque ele deveria fiscalizar quem, em nome desse clube, fazia essa captura de jovens.

Esse enredo é reproduzido. É o que estamos vendo agora na ginástica brasileira. O escândalo é recorrente. É evidente que pessoas corajosas como essas têm feito denúncias — a Joanna é um exemplo de cidadania nesse sentido — e transferem coragem para outras pessoas, a fim de que também denunciem essa prática.

Então, quero parabenizá-lo, Deputado Roberto, por mais esta iniciativa de combate a essa chaga social que, lamentavelmente, frequenta as nossas estatísticas.

Eu acho que este projeto pode ser aperfeiçoado. Tenho certeza de que a Deputada Erika não se oporá a nenhuma alteração nesse sentido. A questão não precisa valer só para os bancos públicos, precisa valer para qualquer entidade pública. A PETROBRAS, por exemplo, que patrocina meio mundo de times neste País, não pode ser poupada dessa exigência, assim como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica.

Eu acho que as instituições públicas, de maneira geral, precisam ser alcançadas pela preocupação de que essas instituições de futebol adotem medidas protetivas, preventivas, porque essa é a melhor política.

Não adianta punir os criminosos apenas. Não adianta apenas aparelhar o Estado para dar cobertura e assistência às vítimas desse crime, porque essas duas medidas, ainda que necessárias, ocorrem depois do crime praticado, quando já existe uma vítima.

Nós precisamos prevenir. Precisamos tomar medidas acautelatórias que possam evitar isso e, progressivamente, reduzir essas estatísticas que são vergonhosas para qualquer cidadão brasileiro.

Parabéns, Deputado Roberto!

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu é que agradeço a participação de V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Vicente Candido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputada Erika Kokay, demais Deputados, membros da Mesa.

Ao cumprimentar o sempre Deputado Walter Feldman, cumprimento todos os palestrantes desta tarde.

Esse tema, que é relevante, chama a atenção de todos nós, e nos chama à responsabilidade. É evidente que não dá para ser contra qualquer iniciativa de lei quando se trata de tema dessa importância. Mas também não dá para deixar de reconhecer a iniciativa já colocada por alguns clubes e até mesmo pela CBF, em que pese não tenha cumprido todos os itens que a Deputada Erika Kokay levanta. O nosso Secretário-Geral da CBF vai dizer algo depois.

Sou de um clube que está com uma campanha no ar, está com uma campanha nas redes sociais sobre esse tema, assim como outros clubes no Brasil. É evidente que ficamos estarecidos e chocados quando se focam temas como este, mas não é só isso que acontece no futebol. Existem muitas coisas boas que a mídia nem sempre cuida de divulgar.

É evidente que essas mazelas não acontecem só no futebol. Isso é fruto da sociedade brasileira em todos os lugares, infelizmente, e passa por um processo cultural, por medidas educativas, por currículo escolar em sala de aula. Deve haver o processo de educação de todos os agentes, quer seja na iniciativa privada, quer seja nos órgãos públicos. Cabe a cada dirigente ser responsável em qualquer lugar, ter zelo, em favor de uma sociedade saudável, principalmente em se tratando de educação infantil.

Então, não dá para ficar criminalizando o futebol, achando que essas coisas só acontecem no futebol. Nós temos que tomar medidas. Devemos — acho que o Walter vai falar sobre isto com muita propriedade — usar a mídia do futebol, que é poderosa, para campanhas como essa. Acho que isso faz sentido. Eu acho que há toda a vontade dos principais clubes do Brasil e também da CBF de organizar campanhas educativas, não só sobre esse tema mas também sobre tantos outros. Isso não nos custa nada. E não é o primeiro caso com que nos deparamos. Já tomamos medidas.



Lembro que, em São Paulo, nós organizamos campanha para combate ao racismo, campanha para que as crianças em idade escolar estivessem rigidamente na escola e para que os clubes pudessem fazer essa cobrança. Isso está cravado tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente quanto na Lei Pelé, em todas as leis que regem o futebol.

Não dá para nos furtarmos à nossa responsabilidade. Acho que se trata muito mais de reorganizar uma campanha, para que ela tenha foco, eficiência e eficácia naquilo que nos propusermos, naquilo que a sociedade propuser que se faça.

Nesse sentido, eu parabeno a Deputada Erika. É evidente que um projeto dessa natureza vai passar por debate e por aprimoramento. Mas creio que as entidades do futebol estarão a postos para desenvolver não só essa como também tantas outras campanhas em que a mídia do futebol pode contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Obrigado, Deputado.

Eu informo que a audiência pública sobre os escândalos na ginástica que aconteceria amanhã foi adiada. Tão logo tenhamos uma nova data, nós a comunicaremos ao público, a pedido do Deputado Evandro Roman, que não está mais presente nesta reunião.

Passo a palavra ao Sr. Fabrício Correia, Secretário de Cultura, Esporte e Lazer do Município de Caçapava, São Paulo, que dispõe de 3 minutos,

O SR. FABRÍCIO CORREIA - Exmo. Deputado Benedito Roberto Alves Ferreira, primeiramente eu queria registrar a sua vigorosa defesa, como Presidente da Frente Parlamentar contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, de nossas crianças, jovens e adolescentes. Tenho visto as interfaces de sua ação em diversas áreas, seja combatendo o abuso e a exploração no esporte, seja atuando nas redes sociais, nas redes de compartilhamento de vídeos, seja alcançando o próprio seio das famílias, por meio do seu gibi informativo, com bastante lucidez, para que as crianças recebam acompanhamento adequado. Aborda a exploração sexual infantil, a musicalização, a sexualidade precoce.

Parabéns pelo seu trabalho em defesa da criança brasileira!

Eu queria saudar o nosso Deputado Walter Meyer Feldman, que honrou esta Casa durante três mandatos consecutivos e hoje faz um profícuo trabalho na Secretaria-Geral da CBF; o Dr. Alberto Murray Neto, que está dando os primeiros



passos na presidência deste conselho tão importante, o Conselho de Ética do Comitê Olímpico do Brasil, e o Dr. Leonardo Andreotti Paulo de Oliveira.

Faço uma saudação especial a esta grande dama do esporte brasileiro, que é medalha de prata, de bronze, e é também medalha de ouro na defesa da infância brasileira: a nossa querida Joanna de Albuquerque Maranhão Bezerra de Melo.

Queria dizer da importância deste projeto de lei. Espero que ele sirva de inspiração para as Assembleias Legislativas e para as Câmaras Municipais, a fim de que esse compromisso também seja levado às empresas estaduais, às empresas municipais, às autarquias, no que tange a apoio e fomento ao esporte.

É no Município que tudo começa. Então, há necessidade de uma ampla rede de proteção por meio das Secretarias Municipais de Esporte no que se refere às escolinhas de esporte. Eu mesmo, como Secretário de Esporte de Caçapava, sei que temos cerca de 5 mil vagas abertas, gratuitas, em escolinhas de esporte para as categorias de base, entre 4 e 16 anos. Há necessidade de uma rede de proteção adequada junto às secretarias pertinentes, para a garantia da integridade da nossa criança.

Eu queria parabenizá-lo mais uma vez e dizer da nossa felicidade de termos projetos dessa relevância neste Parlamento. Contamos com a sua colaboração não só no Estado de São Paulo, mas também em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu é que agradeço a sua participação.

Eu vou deixar que a CBF se manifeste por último porque chegaram muitas perguntas para os nossos convidados. Esta é uma pergunta direcionada à nossa atleta Joanna: *“V.Sa. conhece bem os bastidores do esporte de alto nível, bem como o sentimento dos atletas...”*

Antes de eu terminar esta pergunta, vou fazer outra, bem rapidamente: você, como atleta — não posso fazer esta pergunta a eles —, acha que os atletas têm medo de fazer denúncias?

A SRA. JOANNA MARANHÃO - Nós temos medo de denunciar, num primeiro momento, porque o treinador, quando é o abusador, está numa posição de poder, numa escala hierárquica.



No esporte de alto rendimento, nós nos desumanizamos pelo resultado final, temos que ter tolerância à dor, tolerância a questões do convívio familiar algumas vezes, temos que abrir mão de muita coisa para chegarmos ao resultado final. Muitas vezes abrimos mão de muitas coisas, inclusive da nossa própria humanidade.

Há muito técnico, como foi o caso do Fernando, da ginástica, que dizia que o toque era necessário para o treino. Isso é muito comum quando falamos do esporte de alto rendimento, porque estamos tratando de sonho.

Então, são necessários este e outros projetos e processos de educação sexual, para que a criança e o atleta entendam que o corpo deles é o espaço deles, é direito deles. Se alguém tocar a criança de uma forma que não seja permitida, a criança tem todo o direito de falar e tem que se sentir acolhida pela pessoa, pela ouvidora ou pelo psicólogo que vai ouvi-la.

Por isso, é importante essa capacitação. No caso da ginástica, existia uma psicóloga responsável, a quem algumas crianças fizeram denúncia, e ela estava sendo conivente. Quem é conivente também é culpado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Complemento a pergunta: em sua opinião, o que os clubes poderiam fazer para garantir a proteção física e psicológica dos atletas que estão em fase de formação?

A SRA. JOANNA MARANHÃO - Acredito nessas ações educacionais, em palestras que falem do próprio corpo. Eu acho muito importante também que haja avaliações periódicas das pessoas que trabalham com esses atletas.

As pessoas que trabalham com atletas, os profissionais da minha área — eu também sou professora da área — temos que passar por esse controle.

Essas são algumas ações que podem ser feitas num primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Obrigado.

A pergunta agora é dirigida ao COB: *“V.Sa. acredita que obrigar os clubes esportivos que recebem patrocínio de bancos públicos a cumprirem medidas de prevenção ao abuso sexual infantil pode contribuir com as novas diretrizes que vêm sendo adotadas pelo Conselho de Ética do COB?”*

O SR. ALBERTO MURRAY NETO - É claro. O Comitê Olímpico do Brasil e o seu Conselho de Ética apoiam firmemente essa decisão.



Eu disse aqui na minha explanação inicial que o Ministro, as Confederações e o Comitê Olímpico estavam assinando o documento. Hoje, eu vi aqui na Internet que o documento já foi assinado, deve estar disponibilizado no *site* do Comitê Olímpico.

Ele abrange todas essas questões ou muitas dessas questões de que tratamos aqui, inclusive a capacitação de profissionais para acolher as vítimas de abuso, a fim de que possam, talvez, dar a primeira orientação, a guarida inicial às vítimas. Sem dúvida nenhuma, sim.

Uma coisa que eu quero reiterar aqui é que as pessoas não tenham receio de levar os casos ao Conselho de Ética. Por favor, quem tiver denúncias as traga, na forma do Regimento. Isso vai ser levado adiante com total discrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Esta pergunta é dirigida ao CBC: *“Em meio a esta crise no esporte provocada pelas denúncias de abuso sexual infantil, o que o Comitê Brasileiro de Clubes vem fazendo para defender os atletas que estão em fase de formação?”*

O doutor tem a palavra, por favor.

O SR. LEONARDO ANDREOTTI PAULO DE OLIVEIRA - Muito obrigado a quem fez a pergunta. Realmente, é uma pergunta bastante importante.

O Comitê Brasileiro de Clubes, como eu já havia comentado, tem uma função primordial hoje na formação do atleta olímpico e paraolímpico do Brasil. Há muito pouco tempo, a legislação sofreu alteração no sentido de trazer também o recurso público à base do esporte nacional, e não apenas às confederações esportivas.

E o CBC, de uma forma bastante séria e congruente com seus objetivos, vem atuando na efetiva formação do atleta olímpico e paraolímpico, não apenas no aspecto técnico-esportivo, mas principalmente no aspecto da cidadania e de todos os direitos que devem ser garantidos a essas crianças e a esses adolescentes em fase de formação.

A título de orientação apenas, dentre as várias atuações do CBC no Sistema Nacional do Desporto e no sentido de se efetivar a política pública pensada, agora também existem os campeonatos brasileiros interclubes, que são oriundos do Edital nº 7, de 2017, um edital bastante inovador, que traz uma interlocução, uma interação muito importante entre o CBC, as entidades nacionais de administração do desporto e os clubes esportivos que sediam as competições daqueles que participam.



Diante deste cenário, em que se estimula o desenvolvimento das competições, muitas ações, de uma forma bastante ampla e bastante objetiva, são implementadas como conexas a essa questão principal, que é a competição esportiva. Dentre elas está a obrigatoriedade, por exemplo, de um seguro para essas crianças, para qualquer infortúnio que possa vir a acontecer nesses eventos; a obrigatoriedade da presença de uma comissão técnica, composta por técnico, fisioterapeutas, preparadores físicos, profissionais responsáveis, técnicos de clubes, para que se garanta a segurança dessas crianças e desses jovens em formação, principalmente nessas viagens que fazem para o desenvolvimento dessa atividade no âmbito competitivo.

Enfim, são muitas as exigências que o CBC vem colocando como contrapartida àqueles clubes que recebem esses recursos públicos e que, com esses recursos, efetivam as políticas públicas pensadas.

Há um sem-número de ações. É claro que essas questões relativas especificamente ao abuso sexual de crianças e adolescentes são, embora antigas, bastante recentes em termos de discussão.

O CBC, com toda a certeza, ampliará muito toda a sua atuação preventiva e, se preciso for, repressiva para combater, naquilo que estiver ao seu alcance, dentro das limitações que lhe cabem, a essa questão tão lamentável que nós vivemos no esporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Por motivo do horário de voo, eu quero passar a palavra, para suas considerações finais, à Sra. Rosane Carneiro.

A SRA. ROSANE CARNEIRO - Primeiro, quero agradecer o convite. Na verdade, o meu trabalho é todo baseado no trabalho da atleta Joanna Maranhão, até porque fui técnica dela durante 2 anos. Então, tive uma grande participação não só no desenvolvimento da parte técnica dela, mas também, paralelamente, no da parte psicológica.

Eu quero agradecer e dizer que todas essas oportunidades podem ajudar na evolução de todas as modalidades. Não me refiro somente à parte do futebol, mas temos recebido bastante denúncia de atletas paraolímpicos. Eu acho que tem que haver uma abordagem geral em relação a todos os atletas, e não só em relação aos que são de futebol ou olímpicos. A situação dos paraolímpicos é até mais grave porque eles têm suas dificuldades. Então, acho que não devemos ficar somente



dentro dos meandros do esporte X, Y ou Z, pois temos oportunidade de ser uma coisa mais ampla. Na parte do esporte paraolímpico, há até uma não defesa das suas próprias dificuldades.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Obrigado pela sua participação.

Também por motivo de voo, para suas considerações finais, passo a palavra à nossa atleta Joanna Maranhão, que muito tem nos honrado neste País.

Como se disse aqui: *“Esporte sem assédio. Denuncie. Ligue 180”*.

A SRA. JOANNA MARANHÃO - Simplesmente, agradeço a oportunidade de estar aqui. Como eu já disse, essas ações trazem sentido à minha própria história. Coloco-me à disposição para toda e qualquer ação. Não temos a verdade, não temos a fórmula para combater isso, mas sabemos que é verbalizando, que é enfrentando. E como será ainda iremos aprender, todo mundo junto, mulheres e homens também.

Então, é uma porta que foi aberta e não será mais fechada. Estou junto com todos vocês, apesar de nossas diferenças. Eu acho que o mais importante é compreendermos que, como seres humanos plurais, há alguns assuntos em que convergimos e há outros em que divergimos. É preciso convergir nesse assunto e saber divergir respeitosamente em outros.

A construção que queremos de um País melhor passa por isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Agradeço a sua participação.

Agora, falando com o nosso Secretário da CBF, Walter Feldman, temos a pergunta que chegou do Sr. Giovane Madeira Júnior, de Petrópolis, Rio de Janeiro: *“Por que não condicionar o recebimento de patrocínio de bancos privados, visto que os gastos com a máquina pública já são altíssimos?”*

Acho que isso é para eu responder. Daqui a pouco respondo.

Pelo e-Democracia, Breiller Pires, jornalista do *El País* pergunta: *“A CBF demorou quatro anos para tomar providências recomendadas pelo pacto assinado em 2014. Boa parte das ações, como a obrigação de adotar práticas de combate ao abuso sexual pelos clubes, ainda deverá ser implantada. Qual é o prazo para efetivá-las?”*

É a primeira pergunta para o Sr. Walter Feldman.



O SR. WALTER FELDMAN - Aproveitando o momento, primeiro, eu queria cumprimentar o Raimundo Pereira, o jornalista mais importante da minha geração. Ele dirigia o *Jornal Movimento* e se encontra lá atrás, no fundo do plenário. É uma alegria tê-lo aqui conosco. Quem não o conheceu perdeu!

Augusto, eu lamento a Deputada não estar aqui, lamento muito. E lamento sem nenhuma consideração de caráter político. Ela não pôde ficar na maior parte do evento. Eu falei, e ela não ouviu. O Klein falou, e ela não viu. Ela falou e saiu. Eu não falo isso com nenhuma crítica, pois entendo o jogo do Parlamento, com as tarefas, as Comissões, o Plenário. Entendo isso tudo, mas esta é uma questão prioritária, inclusive para nós. Eu gostaria não apenas de ouvi-la, mas também de produzir a polêmica do embate, da apresentação dos argumentos, para, quem sabe, construirmos algo juntos. Na minha opinião, essa é a fase em que eu me encontro, depois de viver 40 anos de política, de fazer oposição, de situação. A pessoa fica sempre em um campo e muito pouco se constrói juntos. Essa é uma questão para ser construída juntos. Não é apenas algo da retórica da política ou do plano argumentativo, para mostrar que eventualmente a CBF não está cumprindo as suas funções, as suas tarefas. E não é verdade que cumpriu apenas duas. Eu gostaria de argumentar com ela uma por uma.

Eu também acho que esse pacto não é bom. Ele não é elaborado do ponto de vista daquilo que é o ECA, que existe há décadas. Nós estamos aqui numa audiência pública que debate uma questão dramática em relação àquilo que nós imaginávamos que o ECA iria equacionar, pelo menos em grande parte, e não equacionou. Por quê? Por que os depoimentos aqui revelados são tão tristes se nós temos uma legislação que, eu diria, estruturalmente, é uma das melhores do mundo? Ele está aí. Por que, nesse momento, o embate político se dá na culpabilização da CBF como responsável por não ter conseguido, num período de tempo, cumprir com aquilo que o pacto exigiu? Como não conseguiu, na avaliação da Deputada, isso é um desrespeito ao Parlamento. Olha só a que ponto chega a interpretação do fato: um desrespeito ao Parlamento! Não se interpreta nem o fato de que nós vivemos um período dramático no futebol mundial, no brasileiro em particular.

No período crítico por que nós passamos a CBF reestruturou todo o seu modelo de governança. Hoje a CBF é exemplo no mundo em termos de gestão. Por incrível



que pareça, é um exemplo na área social. A CBF está sendo chamada para apresentar o seu programa social à FIFA. Eu estou dizendo para você — e gostaria de dizer para a Deputada, mas ela infelizmente não está aqui — que para a FIFA não existe programa social no futebol no mundo! Imagine se a CBF teria condições, na sua estrutura competitiva, esportiva e hierarquicamente complexa, porque ela não tem gerência sobre os clubes, não tem sequer gerência sobre as federações... Eu poderia detalhar o pacto aqui para mostrar as suas imperfeições.

Quanto a apoiar as campanhas educativas dos clubes, nós vamos apoiar todos os clubes que nos solicitarem apoio. É isso que o pacto quer? Ou quer que nós realizemos grandes campanhas educativas? Isso não está escrito aqui. Então, se o clube me demandar e eu apoiá-lo, eu estarei cumprindo o pacto? Eu acho que não, tanto que nós iniciamos um processo muito forte da ida da CBF aos Estados, ou àqueles que, como disse a Luciana, têm experiência, que é a área dos Conselhos Tutelares e dos direitos da criança e do adolescente, que sabem muito mais do que a CBF para dizer: *“Como é que fazemos? Como é que falamos com as pessoas? Como é que qualificamos os profissionais?”* Nós não tínhamos linguagem para isso. E a CBF, com toda a sua história, que é a mais importante no mundo do futebol, não sabe nada, ou não sabia nada até o momento em que o pacto foi assinado, e foi assinado por algo muito comum na política brasileira, que é o manifesto. Uma amiga baiana minha diz: *“O manifesto!”*

O manifesto cumpre o ato político: anuncia, sai na imprensa e todo mundo vai para sua casa. É assim que as coisas acontecem neste País, infelizmente. Muitas coisas foram anunciadas e não foram feitas, ou foram malfeitas, ou foram desviadas, mas os documentos, os manifestos foram assinados.

Eu estou dizendo isso com toda a generosidade de não querer fazer o debate político. Sinceramente, eu já fiz muito isso. Já briguei muito! Eu fiz oposição por oposição. Fiz oposição duríssima ao Jânio Quadros, o Raimundo sabe disso, e à Luiza Erundina, porque eu queria fazer oposição. E se os governos fizessem o que eu achava que deviam fazer, eu continuava criticando, porque é a tarefa da política fazer isso — daquela política. Hoje, para mim, não é mais bem assim. Eu não faria mais isso.

Eu estou dando alguns exemplos aqui.



Apoiar as linhas e montantes orçamentários adequados para a efetivação plena das campanhas educativas. Eu juro que não consigo entender o que ele está dizendo com isso. O que é apoiar montantes orçamentários? De quem? Que orçamento é esse? É da CBF? É do Conselho Tutelar? É das instituições públicas? É dos clubes? Eu não sei, eu não consigo entender. Como é que eu consigo cumprir isso aqui?

Talvez, numa conversa com a Deputada, nesse período, nesses anos em que nós fomos testados, eu poderia dizer: *“É, eu acho que dá para fazer”*. Ou poderia dizer: *“Vamos mudar”*. Ou seja, é destinar recursos orçamentários? Isso não está colocado. Se é para apoiar, eu estou apoiando. Quem tiver dinheiro no orçamento para apoiar as campanhas educativas tem o apoio da CBF. E eu faço um manifesto dizendo isto: *“Tem o nosso apoio”*.

Sobre qualificar os profissionais, 2 mil profissionais foram qualificados. Isso é muito pouco, mas qualificamos 2 mil. Nós vamos fazer um seminário na sexta-feira e vamos qualificar mais.

Eu estou me colocando à disposição dos clubes formadores para que, como fizemos no Fluminense, possamos dar cursos e realizar seminários para qualificar os profissionais. Isso resolve? O Klein acha que não. Como foi dito pela Rosane, será que, no dia a dia, com toda essa formação, esses profissionais qualificados com cursos e diplomas vão ser corretos? Seriam identificados o desvio psicológico, as taras e outras questões? Talvez não.

Talvez nós devêssemos nos aprofundar em saber que profissionais são esses, com acompanhamento e orientação permanentes, com assistente social em cima, para termos mais transferência e contratransferência de informações, a questão dos pais. Isso é algo que o Klein coloca muito bem, que é a questão do processo.

Nós precisamos identificar o problema no vestiário, no transporte, na enfermaria para onde essa criança é levada quando perde o contato com aqueles que estão no seu convívio diário, onde pode haver um enfermeiro mais desqualificado. Ou seja, existe um processo interno íntimo. Eu acho que, na tradução desse problema gravíssimo que todos aqui falaram, nós ainda não conseguimos atingir a essência do problema.

No Brasil faltam processos, faltam protocolos. Pela primeira vez na história do futebol brasileiro, nós estamos fazendo protocolos para atendimento dos atletas em



campo, caso eles sofram uma concussão, uma fratura. O técnico continua mandando no médico. Isso não pode acontecer. A opinião do médico é determinante quando diz que o jogador não pode continuar jogando.

Existem atletas que sofrem uma concussão, estão com sangramento cerebral e continuam jogando. Isso não pode acontecer. Isso é protocolo. O Brasil não tem protocolos. Esta é uma característica cultural nossa.

Então, em relação a essa qualificação de profissionais, primeiro, eu acho que engloba todos. Eu estou fazendo uma série de anotações sobre esse pacto aqui, para que, talvez numa conversa entre mim e a Erika, ou com a nossa equipe, ou com o Klein, nós possamos fazer um pacto muito melhor do que este.

Tudo isso é para não termos que ouvir, daqui a 2 anos, num debate de algumas horas, a Erika fazer novamente esse pronunciamento, e eu vir aqui tentar mostrar o que foi feito, e fica cada um de um lado fazendo o seu proselitismo. Eu quero, na verdade, resolver essas questões, porque a nossa história exige isso.

Nós não temos mais direito de ficar discutindo só no campo da política. Nós criamos uma comissão de base. Nunca houve no Brasil comissão de base — nunca! Na semana passada, ela foi criada.

Sabem quantas comissões de base existem na América do Sul? Só a nossa e a do Uruguai. Então, este é um dado importante: no mundo o futebol está começando a ter preocupações de caráter social relevantes. Isso nunca foi tratado, só realizou competições.

E a base? Como é a base no Brasil? É dramática, porque o menino de 8 anos ou 9 anos sai do País, pois é precocemente contratado pelos clubes da Europa. Isso degrada o nosso futebol. Então, esses são problemas cuja origem não pode ser resolvida num pacto. Um pacto é muito pouco.

O que a Deputada Erika quer é muito mais do que este pacto. E ela transforma esse pacto em um instrumento mais político do que de resolução real. É isso o que eu estou dizendo. E eu não estou fazendo crítica a ela. Isso faz parte da nossa cultura, é assim que fazemos política neste País.

Vou mais adiante. Sobre adotar providências para prevenir o tráfico interno e externo de atletas, eu pergunto: como a CBF vai prevenir o tráfico interno e externo de atletas? Que poder nós temos para isso? Visitei duas vezes o Ministério das



Relações Exteriores e propus isso. Também propus ao Ministério que contatasse as embaixadas do Brasil lá fora para começarmos a trocar informações de como se dá esse problema na Ásia, nos países árabes, na Europa. Sabe que resposta veio? Nenhuma.

E a Erika acha que, se fizermos as cartilhas, já estaremos cumprindo o pacto. Eu acho que não. Eu acho que nós estaremos respondendo ao pacto eventualmente. Na verdade, acho que estaremos dando uma enorme contribuição para o tráfico interno e externo de atletas. E acho que é algo que exige a participação do Governo, do Ministério da Justiça, relação com as embaixadas. É algo muito complexo para exigir que a CBF faça.

Raimundo, eu estou falando alguma besteira? Você me ensinou tanto!

Vamos em frente. Quanto a usar a ouvidoria da CBF para receber denúncias, nós não tínhamos ouvidoria nem tínhamos Comissão de Ética na época em que isso foi assinado. O que nós temos hoje é muito mais eficiente do que o pacto está pedindo. Nós temos uma Comissão de Ética independente, autônoma, séria. E já há quantos processos, Klein? *(Pausa.)* E qualquer um pode apresentar. O que for apresentado vai ser investigado e julgado, sem nenhum tipo de mão externa que possa interferir no resultado.

Então, nesse aspecto eu acho que a Comissão de Ética cumpre melhor o seu papel do que a proposta do pacto. E a Deputada Erika insiste em dizer que nós cumprimos apenas dois itens. Não é verdade.

Sobre solicitar o registro de escolas de formação de atletas nos clubes, eu vou dizer mais: onde se lê “escolas de formação de atletas” leia-se “clube formador”. Formação de atletas é clube formador. Clube formador só há na Série A. Hoje, se esse clube formador não tiver tratamento e proteção integral à criança e ao adolescente, ele não disputa o campeonato. É uma licença como a da Fórmula 1, é uma superlicença. Se ele não cumprir aspectos administrativos, jurídicos, financeiros, *fair play*, esportivos e de infraestrutura, ele não recebe a licença da CBF. A Europa tem isso desde 2002. Nós começamos isso há 1 ano, ou seja, o Brasil estava muito atrasado na profissionalização do futebol, nas normas, nos procedimentos, nos protocolos, na área social. Tudo isso nós estamos começando, e bem, e seriamente.



A CBF hoje é uma das mais importantes estruturas de organização de futebol do mundo, não apenas pelos cinco títulos, mas também pelo compromisso de gestão, tem *compliance*, auditoria, investigação. Nós temos orgulho do trabalho que está sendo realizado.

Então, hoje clube formador ou trata da questão da proteção integral à criança e ao adolescente, ou não recebe autorização para continuar funcionando como clube profissional. Esse é um processo também. Veja bem: nós iniciamos isso no ano passado, a série A já está sendo adaptada, está recebendo as orientações; e a Série B está começando a ser orientada.

A Europa demorou 8 anos para implantar isso. Mas, se a Erika cobrar que seja feito em 1 ano, não vai dar porque não faz parte. Para nós fazermos de maneira correta, o Brasil tem que começar a adotar os chamados planos de médio e longo prazos, porque senão serão planos apenas para o momento eleitoral.

Estou falando muito de V.Exa. aqui, Erika, com muita simpatia e respeito, tentando construir junto com V.Exa. um pacto melhor do que esse. Ele tem muitos defeitos, e nós temos as nossas culpas também.

Então, hoje as escolas de formação de atletas necessariamente — pelo menos até agora a Série A, porque são as únicas que têm formação de atletas — terão que ter compromissos relativos aos direitos da criança e do adolescente.

Em relação às escolinhas, eu diria que este é um campo aberto. Escolinhas de futebol existem em todas as comunidades deste País. Achar que a CBF tem condições de acompanhar, qualificar aqueles líderes comunitários que estão lá, supervisionar e punir é algo difícil de imaginar. Mas, nós, baseados nisso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Secretário, segure por 1 minutinho o raciocínio do senhor. A Luciana está precisando sair, pois vai ter uma reunião às 18 horas.

Tem a palavra a Sra. Luciana, para suas considerações.

A SRA. LUCIANA SANTANA REIS - Na verdade, havia um pedido para que eu pudesse falar um pouco sobre a questão do atendimento às vítimas, especificamente na questão do esporte. Eu queria muito poder falar que falta esse atendimento às vítimas apenas nessa modalidade esportiva, mas na verdade não é



bem assim. Falta atendimento em todos os espaços, em todos os lugares, porque há uma carência de políticas públicas.

Infelizmente, no cenário atual em que nós vivemos, estamos com carência de políticas públicas e enfrentamos o desmonte de políticas públicas sociais que foram conquistadas.

Então, fica um sentimento de impotência, mas um sentimento ainda maior de luta. Eu repito — e é quase uma oração e um clamor: nós consigamos trabalhar enquanto rede, porque trabalhar a questão da violência sexual não é um problema que se resolva com um ou dois atores. Ele precisa ser resolvido e ser um compromisso de todos e todas que priorizam os direitos da criança e do adolescente.

Muito obrigada pelo convite e pela oportunidade. O CEDECA da Bahia está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Um abraço e obrigado pela sua participação.

Tem a palavra o Secretário Walter Feldman.

O SR. WALTER FELDMAN - Deputado Roberto, só quero dizer o seguinte: em relação a esse item, já totalmente cumprido, que está além dos dois mencionados pela Deputada Erika, nas escolinhas de futebol, que existem aos milhares no País, nós estamos pensando num sistema de cadastramento.

Nós podemos construir isso juntos, Deputada Erika. Cadastramento: se quer ser escolinha de futebol, cadastre-se. Vamos fazer o acompanhamento através dos Conselhos Tutelares em cada Município; vamos criar mecanismos que façam com que essas escolinhas tenham algum tipo de qualificação dos seus profissionais e compromisso com a proteção integral.

Mas vejam a complexidade disto: se aparecer denúncia de assédio numa escolinha, ele será responsabilidade nossa? Se formos fazer política, sim. Vejam a gravidade disso! Serão milhares! Nós não temos nenhuma condição, mas talvez a Prefeitura, as Secretarias de Esporte, os Conselhos Tutelares e, eventualmente, os clubes esportivos locais tenham.

Propõe-se aqui que haja uma ligação maior entre os clubes e essas escolinhas, mas esse é um sistema em formação. Um pacto não vai resolver isso, e não dá para



pedir alguns anos até que a resposta seja dada. A questão é bem mais complexa do que isso. Eu queria colocar essa dificuldade.

Esclarecer os pais. Quem vai fazê-lo? É a CBF que vai esclarecer os pais? Como faremos isso? Como uma instituição nacional como a CBF esclarecerá os pais acerca das condições?

Cartilha. Isso pode ser um caminho. Nós vamos produzir uma cartilha juntamente com a Associação de Ex-Conselheiros e Conselheiros da Infância, com os conselheiros tutelares. Achamos que, como disse o Klein, isso é bom, mas não me parece algo sustentável, profundo, em que possamos permanentemente orientar os pais. Temos que pensar em algo juntos, para saber como podemos fazer esse trabalho, mas nós o faremos. Respondendo às perguntas feitas aqui, nós o faremos.

Fiscalizar as atividades realizadas pelas escolas. Não há nenhuma condição, Deputada Erika, de fiscalizar as atividades realizadas pelas escolas. Nós só temos as nossas normas de licenciamento. A tarefa de fiscalizar essas escolinhas é dos Conselhos Tutelares que estão acompanhando essas crianças, eventualmente da ação local. Mas, em relação aos clubes formadores, esses, sim, nós podemos fiscalizar. Porém, se deixarmos vago dessa maneira, em que há crianças, adolescentes, escolinhas, como vamos fazer? Até topamos pensar juntos nessa linha de construir a várias mãos mecanismos para que isso possa ser evitado.

Incentivar a agregação de escolas de formação de atletas e adolescentes a clubes esportivos. Percebem isso? É isso que eu dizia, Deputada Erika, ao seu assessor. O que é isso?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ele é da UNICEF!

O SR. WALTER FELDMAN - Eu sei, mas ele falava com V.Exa. o tempo todo! Pensei que ele estivesse assessorando V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Está com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A UNICEF é que diz isso.

O SR. WALTER FELDMAN - Eu entendo, mas sobre incentivar a agregação, como se agrega isso? As escolas de formação de atletas e os clubes têm suas estruturas próprias. Eles já são agregados. Clubes esportivos e escolas de formação de atletas funcionam juntos. Escolinhas que estão fora dos clubes, essas são um



problema enorme. Temos que ver como fazer nossa linha de cadastramento. Cartilhas, orientação, supervisão por meio dos Conselhos Tutelares, isso me parece um bom caminho, mas vamos conversar juntos, para saber se dá para fazê-lo.

Adotar medidas punitivas para aqueles que descumprirem essas determinações. Quem o faria? A CBF vai punir? O único mecanismo que nós temos, Erika — desculpe-me chamá-la de Erika, mas sou ex-Deputado e acho que isso permite, Deputada Erika —, no tocante à punição, é a Comissão de Ética. Isso fazemos de maneira brilhante. Quanto a tudo que estiver relacionado a esse problema que chegar à Comissão de Ética, há os mecanismos claros de punição que poderão ser adotados, mas isso em relação aos protagonistas do futebol. Por exemplo, as escolinhas nós não temos como punir. Quem pode puni-las é o Município, é o Conselho Tutelar, é a Justiça, é a delegacia. Isso não cabe muito a nós.

O que eu queria dizer à Sra. Deputada é o seguinte: vamos fazer outro pacto, respeitando tudo que há como sua essência aqui, a ideia geral. A CBF pode dar todas as contribuições. Nós estamos absolutamente integrados nesse compromisso. Quero que a senhora acredite nisto: é real o nosso compromisso de participar ativamente desse processo. A cobrança simplesmente do pacto não traduz o muito que gostaríamos de fazer. O Klein tem sugerido isso. Quem sabe, podemos nos reportar à experiência inglesa. Tenho visto isso junto com o Klein. É uma experiência extraordinária de procedimentos detalhados, minuciosos, com protocolos, com condutas em relação ao que efetivamente acontecer. Isso me parece algo interessante.

Eu queria fazer eventualmente o Pacto 2.0. Podemos dizer um pouco o seguinte: *“Olha, isso daqui foi o possível até agora; fizemos aquilo dentro do enquadramento”*. Mais do que um pacto, vamos fazer um compromisso a várias mãos com o poder público, com o Congresso Nacional, com as entidades representativas do Executivo, com a CBF, com as federações, com os clubes.

Muitas questões colocadas aqui, Deputada Erika, não são de nossa possibilidade, dentro da hierarquia do futebol, de acordo com a Constituição, que estabelece independência dos clubes e das federações. Nós não temos ingerência, não temos essa capacidade. Nós respeitamos a Constituição, e devemos respeitá-la.



Vamos trazer os clubes para cá, vamos fazer juntos, para que não haja este negócio de “*eu estou aqui, você está lá*”, “*o balcão nos separa, nos divide*”.

Então, eu teria como sugestão, Presidente Roberto Alves, algo que corresponde também às perguntas. Eu sei que são perguntas típicas de jornalista: “*Qual é o prazo? Quando é que você vai fazer? Por que demorou tanto assim?*” Demorou porque nós estamos montando no Brasil uma estrutura de futebol vinculada à contribuição, ao legado, ao patrimônio social que essa atividade pode realizar e que nunca foi feito.

O futebol é muito importante para a história deste País, ele não é apenas para entregar taças e medalhas aos vencedores nos torneios. Nós podemos dar uma contribuição para a educação, para a saúde, para o combate à violência, para a proteção às crianças. É essa CBF social que queremos e pretendemos construir junto com o Congresso Nacional, no respeito enorme que temos por este Parlamento, até porque sou originário dele, e não poderia ser diferente.

A CBF como um todo acredita nisso. O Presidente em exercício da CBF, Nunes, e o Presidente eleito, Rogério Caboclo, acreditam que o social pode ter um papel relevante e que o futebol pode dar a sua contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, estou extremamente espantada, eu diria, extremamente espantada, porque o representante da CBF reconhece que a CBF não cumpriu o pacto.

O SR. WALTER FELDMAN - Eu a chamei de Deputada Erika, não como representante da CBF. Eu só lhe peço que tenha essa consideração adicional.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor não é representante da CBF nesta Mesa?

O SR. WALTER FELDMAN - Nós vamos continuar nessa relação ou é possível algo que se trabalhe junto?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor está me interrompendo apenas porque eu o chamei de representante da CBF? Dr. Walter, enfim...

O SR. WALTER FELDMAN - Eu não a chamei de Deputada apenas, eu a chamei de (*inaudível*).



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, eu não sabia que o senhor ia se ofender por ser chamado de representante da CBF. Eu o chamo de Dr. Walter, se o senhor achar melhor, se o senhor se sentir mais à vontade. Eu não tenho nenhum problema se o senhor me chamar de Deputada ou como quiser fazê-lo.

O SR. WALTER FELDMAN - Eu quero ser mais companheiro. É isso que quero.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não parece. Eu vou tentar responder-lhe, se o senhor me permitir.

O senhor reconhece que a CBF não cumpriu o pacto por causa do atraso de sua estrutura, mas o senhor mesmo disse que a CBF é um exemplo de gestão.

Eu fico bastante assustada, porque uma CPI desta Casa apontou violência sexual dentro das escolinhas de futebol dos clubes formadores, alguns com grandes marcas neste País, que levam a paixão a milhões de brasileiros. Constatou-se que ali havia violência sexual. Ao se constatar esse processo, começamos a trabalhar na possibilidade de, primeiro, contextualizar, problematizar, para que pudéssemos superar.

Eu concordo com a representante do CEDECA da Bahia — penso que ela não se sentirá ofendida por ser assim considerada — quando ela diz que é preciso trabalhar em rede. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. São as redes que horizontalizam, que incorporam as diversidades e que apontam nossas incompletudes.

A CBF não me parece um exemplo de gestão, já que não pôde cumprir os termos de um pacto em função do atraso ou da insuficiência na estrutura.

O que me assusta sobremaneira é que esse pacto foi construído com a CBF e foi assinado pela CBF. Nós não estaríamos construindo algo — portanto, não seria nem pacto — se não houvesse um diálogo, se não houvesse um processo que se expressasse num compromisso. Pacto é compromisso. A CBF colocou aqui sua assinatura. Em nenhum momento a CBF disse que não tinha como fiscalizar as atividades realizadas por escolas de formação; em nenhum momento ela disse que não tinha como esclarecer os pais; em nenhum momento ela pontuou uma série de elementos que estão sendo colocados aqui para cobrar a efetivação de um pacto assinado por ela mesma.



O Presidente da CBF à época assinou o documento e constituiu um grupo de trabalho para efetivar ações e implementar o compromisso firmado. Portanto, parece-me que está consolidado um processo de desrespeito a este Parlamento, não apenas porque esse pacto não foi cumprido, mas porque a CBF assinou algo que não pode cumprir. Como a CBF assinou todos esses compromissos se não poderia cumpri-los? E ela assinou. Quem ela estava querendo enganar? O Parlamento? Por que assinou?

O Sr. Walter está dizendo que ela não pode cumprir o compromisso, que não tem como cumpri-lo. Mas ele foi construído com ela e foi assinado por ela. Portanto, parece-me que a CBF não foi sincera na ocasião. Eu digo a CBF, porque não era o senhor que estava na direção da CBF, mas a CBF é uma instituição.

Dizer que isso é tentativa de construir qualquer coisa é desconhecer a luta deste Parlamento, ou de setores deste Parlamento, no enfrentamento à violência sexual. Este Parlamento já realizou três CPIs para investigar a exploração e o abuso sexual, a violência sexual. Este Parlamento tem inúmeras proposições, e nós queremos aprová-las nesta semana, em que comemoramos, no dia 18 de maio, o Dia de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Nós apontamos que é preciso romper o silêncio e a indiferença em casos de abuso sexual dentro das estruturas das escolinhas de futebol.

Não se pode negar que eles estão pontuando várias matérias às quais temos acesso na mídia. A existência de violência sexual dentro das escolinhas não pode fazer com que a CBF se torne indiferente nem pode fazer com que a CBF assine um pacto que não tem condições de cumprir ou assine um pacto para depois, 3 ou 4 anos após ter colocado sua assinatura, dizer que não tem condições de fazer isso.

A construção de instrumentos para coibir a violação de direitos de crianças e adolescentes nas escolinhas passa, inclusive, por assegurar a convivência familiar e por estabelecer relação direta com os órgãos de fiscalização, como os Conselhos Tutelares. Quando nós determinamos que é preciso fazer um cadastro nos Conselhos Tutelares, é porque queremos que essas entidades saibam que ali há meninos e meninas que estão se formando como atletas em uma instituição e que precisam ser acompanhados.

Nós temos toda disposição para fazer uma imensa discussão com vários segmentos. A UNICEF fez uma série de proposições e recomendações específicas



com relação ao futebol. Mas nós não queremos discutir só o futebol, que é um esporte...

Dizem que o Brasil é antropofágico, tem a capacidade de assimilar as grandes invenções mundiais e transformá-las em versões próprias. É o caso do futebol, um dos esportes mais democráticos que existem. Todo mundo cabe dentro dele, e tudo é construído em equipe. Este País admira o futebol, e não podemos admitir que a representação do futebol no imaginário e na vida das pessoas possa arrancar, de alguma forma, da criança a infância e do adolescente a adolescência.

Eu gostaria que pudéssemos rever o pacto e cumpri-lo no que for possível.

Perdoe-me, Dr. Walter, mas não pode haver um pacto construído e firmado com a CBF e, 4 anos depois, ela dizer que ele não pode ser cumprido, porque é absolutamente inadequado, e que não o cumpriu por falta de estrutura. Apresenta-se como uma instituição que tem uma excelente gestão, mas desrespeita mais uma vez o Parlamento, ao dizer que há outros interesses na discussão desse pacto além da defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Então, se realmente há disposição da CBF para cumprir os princípios desse pacto, vamos discuti-lo e restabelecê-lo. Não existe nenhum problema com relação a isso. Vamos, então, fazer com que a CBF deixe de enganar o Parlamento e respeite crianças e adolescentes. Temos que fazer com que a CBF, sabendo que há denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes nessas escolas, não se feche em copas e apenas se proteja, não sei exatamente do quê. Quando alguém se esquivava de defender direitos de crianças e adolescentes, quer se proteger de eticamente atuar na defesa dos direitos absolutamente fundamentais e prioritários para a construção da nossa humanidade e dignidade — não digo nem da nossa cidadania.

Era isso que eu gostaria de pontuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Deputada, da parte de V.Exa. existe acordo, não é?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Acordo com o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Acordo para rever esse pacto que foi feito.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não quero rever nenhum pacto. Primeiro, nós queremos sinceridade, honestidade e respeito para com o Parlamento e para com as proposições. O representante da CBF não expressou isso na sua fala.

(Não identificado) - Essa é a sua opinião.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É claro, essa é a minha opinião. É a minha opinião, é a minha opinião. Eu não me incomodo se V.Exa. tiver outra opinião. Aliás, isso faz parte da democracia. Nem vou lhe interromper, se V.Exa. expressar outra opinião.

O Relator da proposição pode apresentar um substitutivo, pode aprimorar o texto. Nós recebemos contribuições importantes aqui para ampliar não apenas o financiamento de bancos públicos, mas também o financiamento de empresas públicas. Nós recebemos contribuições que precisam ser incorporadas.

(Não identificado) - Com certeza.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Com certeza, porque V.Exa. tem sensibilidade para isso.

Tenho absoluta certeza de que o projeto é uma coisa, e o pacto é outra coisa. O projeto diz respeito ao financiamento, ao patrocínio por parte de bancos públicos, que pode e deve ser ampliado. Essa é a minha sugestão. V.Exa. é o Relator da matéria e pode condicionar o financiamento, o patrocínio ao atendimento de algumas proposições. Essa não é uma reprodução exata do pacto. Eu nem sei como chamar isso, porque a própria CBF diz que assinou e construiu um pacto que ela não pode cumprir. Enfim, não é uma reprodução exata do pacto que foi assinado com as condicionantes a serem cumpridas pelo clube que forma as atletas. Então, V.Exa. pode aprimorá-lo e discuti-lo. A CBF, que diz que esse pacto que ela assinou é inexecutável, está dizendo que tem disposição de adaptá-lo. Nós estamos abertos a qualquer discussão. Nós nunca nos fechamos à discussão.

O SR. WALTER FELDMAN - É sobre esse assunto que eu estou perguntando a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Há 4 anos isso foi assinado, Deputado Roberto. Nós já fizemos audiências públicas anteriormente, e a CBF não veio, não compareceu para discutir exatamente esse compromisso que ela firmou.



Temos absoluta disposição de fazer qualquer discussão. Acho que V.Exa. fará um bom relatório, porque tem sensibilidade e está aqui escutando várias vozes, vários atores para aprimorar o projeto.

Não se quer um projeto pronto. Aliás, nem nós nascemos prontos, nem nós saímos daqui prontos, como disse Paulo Freire. O projeto é uma proposição a ser desenvolvida e aprimorada. Se a CBF tem disposição de rediscutir o pacto que foi assinado por aqueles que estavam no comando daquela instituição e que hoje não estão mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Tem a palavra o Secretário Walter Feldman, da CBF.

O SR. WALTER FELDMAN - Deputada Erika, eu vou falar sem nenhuma ironia, com toda a minha sinceridade. Eu reclamo do tratamento porque eu não a chamaria de Deputada petista. Eu não a chamaria assim.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Pode chamar.

O SR. WALTER FELDMAN - Não, eu não acharia respeitoso, porque a senhora tem nome.

Então, eu estranho que esteja à vista uma placa deste tamanho e, mesmo que a senhora não conheça a minha figura, a minha história e o meu nome, trate-me dessa maneira. Parece-me...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. WALTER FELDMAN - Não, não. Agora, eu lhe pediria licença para fazer minha intervenção, se possível. É claro que V.Exa. tem precedência em tudo...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor não está querendo dizer que me chamar de Deputada petista é uma ofensa, não é?

O SR. WALTER FELDMAN - Não, claro que não. Mas é desrespeitoso, porque eu desconsidero a sua personalidade. Deputada petista há várias, representante da CBF há muitos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Louvo saber que o senhor tem essa sensibilidade, porque a CBF não a tem com relação às vítimas de violência sexual.

O SR. WALTER FELDMAN - Tem muita! Muita! Essa é mais uma ironia sua.

Eu estive nesta sessão durante 5 horas, e a sua presença foi apenas para fazer as suas intervenções. V.Exa. não ouviu a minha intervenção, não ouviu a do ex-



Ministro Klein, não ouviu a nossa exposição. Não foi possível, a não ser nesse momento, quando eu a provoquei, porque eu queria respondê-la, que fosse produzida pelo menos uma tentativa de síntese.

Eu não busco aqui o contraditório com V.Exa., porque nós ficaríamos um tempão apresentando argumentos, irônicos ou não, e aleivosias de todo tipo. Perguntar o que a CBF tem a esconder ou dizer que a CBF é contra os direitos de crianças e adolescentes são aleivosias, são alegações maldosas que não interpretam tudo que foi apresentado aqui.

Fiz uma análise detalhada de todos os dez pontos do pacto — a senhora chegou na metade — e pude mostrar como esse pacto foi mal formulado. Ele é impreciso. Por que ele foi assinado? Quem assinou esse pacto com a senhora?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - José Maria Marin.

O SR. WALTER FELDMAN - A senhora sabe onde está José Maria Marin? A senhora sabe? A senhora acha que, naquele momento, o ex-Presidente José Maria Marin tinha a responsabilidade que eu estou me comprometendo a ter com a senhora agora? Ou a senhora não tem tido informações sobre os acontecimentos que há 3 anos ocorreram no mundo do futebol e no Brasil? Ou isso não tem importância?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Como presidiu a CBF? O que eu quero dizer ao senhor é que foi uma instituição que assinou, representada à época por alguém que foi preso. E criou-se um grupo de trabalho.

O SR. WALTER FELDMAN - Muito bem, esse grupo...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor vai dizer agora que nós pecamos porque assinamos um pacto com alguém que foi preso depois?

O SR. WALTER FELDMAN - É claro, houve um erro.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E qual é o pecado da CBF de ter alguém que foi preso presidindo-a?

O SR. WALTER FELDMAN - Deputada Erika, houve um erro. Eu detalhei aqui ponto por ponto por que esse pacto é impreciso. Em vários aspectos, ele colide com a Constituição, com a legalidade e a forma de organização do futebol brasileiro, que impõe a não ingerência em clubes e federações. Eu entendo o seu cansaço.



Aqui, boa parte das medidas propostas é relativa ao exercício e à ação dos clubes. Portanto, a CBF não poderia ter assinado, por conta dessa não ingerência constitucional. É isso que eu quero dizer à senhora.

Portanto, o documento foi assinado, e já identificamos aqui o momento político e a manifestação que caracterizou esse pacto, que agora tem sido instrumento de V.Exa. para fazer proselitismo político. Quando eu estou dizendo que quero fazer...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor me respeite! O senhor me respeite!

O SR. WALTER FELDMAN - Eu a estou respeitando, eu a estou respeitando.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nós construímos um pacto junto com a CBF...

O SR. WALTER FELDMAN - Não construiu um pacto, não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A CBF assinou...

O SR. WALTER FELDMAN - Assinar não é construir pacto! Pacto é escrever junto, pacto é elaborar. Eu sei o que é pacto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A CBF assinou esse pacto, e o senhor diz que nós cobramos o pacto que foi assinado é proselitismo político?

O SR. WALTER FELDMAN - Sim, senhora, é proselitismo político. É proselitismo político, sim!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A defesa de direitos das crianças e adolescentes? Cobrar uma assinatura firmada?

O SR. WALTER FELDMAN - Não, não! Eu sei muito bem o que é sofisma. Sofisma é o que a senhora praticou agora.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Agora, é sofisma, proselitismo.

O SR. WALTER FELDMAN - Proselitismo político é dizer que a CBF ou cumpre isso ou ela não respeita os direitos das crianças e dos adolescentes. Isso é sofisma. Eu estou dizendo para a senhora, ponto a ponto...

O que significa, na sua avaliação, apoiar campanhas educativas no âmbito dos clubes esportivos? O que a CBF precisa fazer? Qual é a ação ativa e concreta dela? É receber a manifestação dos clubes de fazer campanha e dizer que apoia? É emprestar a logo, a marca? É isso? Isso é muito pouco! Acho que o que V.Exa. solicitou à CBF é muito aquém, inclusive do que a CBF realizou. Muito aquém!



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Esse é um dos únicos itens que a CBF cumpriu.

O SR. WALTER FELDMAN - Não, todos os itens cumpríveis foram cumpridos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - *“Apoiar campanhas educativas no âmbito dos clubes esportivos, alertando para os riscos da exploração sexual e do trabalho infantil”*, isso nós pontuamos como um dos únicos itens que a CBF se movimentou para cumprir. O senhor inclusive...

O SR. WALTER FELDMAN - Pontificamos como julgadora...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, nós avaliamos a ação da CBF, o nível de respeito com sua própria assinatura, com seu próprio compromisso com as crianças e com o Parlamento.

O senhor próprio expos aqui uma série de ações e disse: apoiar campanhas educativas no âmbito dos clubes esportivos e tal. O senhor disse que cumpriu e mostra aqui uma série de eventos, como os Seminários de Proteção Integral aos Direitos da Criança e do Adolescente no Futebol, realizados no Rio de Janeiro, em Foz do Iguaçu, em Fortaleza.

O SR. WALTER FELDMAN - Nada feito pelos clubes; feitos pela CBF.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Feitos pela CBF.

O SR. WALTER FELDMAN - Então, é muito mais além do que o item 1. Muito além! Em 20 Estados.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas apoiar campanhas educativas no âmbito dos clubes esportivos... A CBF fez algumas campanhas educativas no âmbito dos clubes?

O SR. WALTER FELDMAN - Não. Independente dos clubes, inclusive, independente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Bom, eu...

O SR. WALTER FELDMAN - Eu estou dizendo à senhora que esse item foi muito mais. Eu gostaria apenas que a senhora reconhecesse isso.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Esse é um dos itens que eu reconheço que, parcialmente, a CBF cumpriu. E eu aponto outro que CBF parcialmente cumpriu. Eu digo parcialmente pela extensão do atingimento, pela profundidade e pelo recorte no enfrentamento à violência sexual, no que diz respeito às campanhas. A CBF fez



movimentos no sentido de qualificar profissionais que atuam no treinamento esportivo de crianças e adolescentes para atuação preventiva. Ela fez movimentos nesse sentido. Nós reconhecemos isso.

Num primeiro momento eu disse: foram dez itens e, desses dez, a CBF fez ações nesse sentido em dois deles. Eu diria que ela cumpriu parcialmente, mas fez ações, o que é corroborado pelo que o senhor está dizendo aqui.

O senhor, inclusive, disse com relação a outro item — “*Adotar providências para prevenir o tráfico interno e externo de atletas*” — que a CBF imprimirá 10 mil exemplares para distribuição e que diretrizes para prevenção do tráfico de atletas estão contidas na cartilha *Na Rede Certa*, divulgada nos eventos de combate à exploração sexual infantil da CBF com os clubes, portanto, ação da CBF com os clubes. O senhor disse que irá fazer, que irá fazer. É um dos outros itens que foram assinados.

Quando aqui se diz usar a ouvidoria da CBF para receber denúncia de maus tratos e tal, citando o Código de Ética e Conduta, o Canal de Ética, a Comissão de Ética, canais disponíveis no *website* da CBF, o senhor está dizendo que houve ações no sentido do cumprimento. Então, o senhor fez uma série de discussões, inclusive, apontando a necessidade de uma vinculação com o Disque 100, que eu acho que é uma boa iniciativa, para poder acolher denúncias que cheguem através do Disque 100 e tomar as providências que forem cabíveis, o que também considero uma boa iniciativa.

Então, nesse pacto que o senhor diz que foi construído ao arrepio da lei, da Constituição, ao arrepio do que quer que seja...

O SR. WALTER FELDMAN - Parte dele.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ...e que foi assinado pela CBF, o senhor tenta enumerar uma série de compromissos.

Aqui o senhor fala mais uma vez: incentivar a agregação de escolas de formação tal, tal, tal. E o senhor fala: o certificado de Clube Formador exige uma série de requerimentos e controles dos clubes e tudo o mais. Então, o senhor aqui pegou item a item desse pacto — estou apenas querendo entender — e, no final, disse que é um pacto absolutamente absurdo do seu ponto de vista jurídico e tal...

O SR. WALTER FELDMAN - Não, não!



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas o senhor fala aqui da ação 5, da ação 6, da ação 7, da ação 8, da ação 9, da ação 1, da ação 2, da ação 3. O senhor lista os itens do pacto, mostra quais foram as ações que a CBF cumpriu nesse sentido e, depois, vem dizer que houve uma irresponsabilidade generalizada e que nós firmamos um pacto com alguém que iria ser encarcerado *a posteriori* e que nós não poderíamos ter feito isso. Bom, mas esse que foi encarcerado depois era Presidente da CBF, era Presidente da CBF e quem respondia pela entidade durante a existência da CPI.

A CPI iria procurar quem? O representante legal da CBF. E com ele entabulou — e não só ele, mas com outras pessoas da CBF — as condições para firmar esse pacto. E agora, ao cobrarmos a efetivação desse pacto, o senhor diz que isso é proselitismo? O senhor diz que é sofisma cobrar a efetivação de um pacto?

Eu sou de uma época em que a lealdade colocava em risco a vida das outras pessoas. Eu sou de uma época em que as palavras tinham muita força. Acho que as palavras não são inocentes; as palavras são pontes entre a ação e o pensamento. Portanto, as palavras se transformam em flores, as palavras se transformam em balas, as palavras se transformam em feridas, em hematomas, as palavras têm força. Então, eu parto do pressuposto de que as palavras corroboradas e reafirmadas com assinaturas têm algum valor.

Agora, se o senhor quer abrir uma discussão que vai além do próprio projeto, pois ele não incorpora todas essas ações como condicionantes das empresas públicas e dos bancos, enfim, se o senhor quer fazer abrir uma ação para ver como nós podemos construir condições para que tenhamos prevenção, garantia e promoção de direitos de crianças e adolescentes e que possamos combater a violência sexual, nós estamos totalmente disponíveis e abertos, sem nenhuma dúvida.

O que nós queremos é poder avançar. Avançar! O que nós vimos na CPI, e o que foi visto na outra CPI, e o que foi visto na outra CPI é um quadro extremamente violento contra os direitos de crianças e adolescentes. E, pelos dados do DATASUS, a maioria de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual é do gênero feminino, e escolinha de futebol envolve mais meninos. Mas a maioria é criança e adolescente do gênero feminino nos atendimentos do SUS.



Como podemos achar que está tudo bem e que não temos que nos movimentar na perspectiva de construir condições com todos os parceiros possíveis para que nós possamos impedir que a maioria das pessoas vítimas de violência sexual atendidas pelo SUS sejam crianças e adolescentes?

Portanto, o Relator está construindo e vai construir seguramente um bom parecer acerca dessa proposição, que não reflete todo o pacto, e nós estamos absolutamente abertos para fazer qualquer sorte de discussão. Podemos fazer a discussão com esta Comissão, com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com a Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a CBF, com o UNICEF.

O UNICEF possui uma série de recomendações que seria importante analisar. Nesse caso é só futebol. Ele fez uma pesquisa com crianças e adolescentes e, a partir dos resultados, sugere uma série de recomendações que eu acho que nós, Deputado Roberto, não podemos ignorar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Poderíamos fazer uma reunião em conjunto com as outras Comissões.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu acho melhor juntarmos a Comissão do Esporte, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Eu concordo com V.Exa.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. WALTER FELDMAN - Eu concordo. Eu só queria fazer minhas considerações finais.

Deputada Erika Kokay, a minha proposta, na primeira intervenção, foi a seguinte: vamos remodelar esse pacto e colocá-lo dentro da realidade e dentro da legalidade, dentro das condições possíveis assinadas por instituições como o Parlamento e a CBF, que têm hoje condições de avaliar, inclusive, os equívocos do passado, para que possamos efetivamente encontrar soluções para um problema grave como esse e que exige parcerias coletivas. Ninguém fala sozinho, principalmente se houver mesas e balcões, cada um fazendo o enfrentamento do seu lado e ao seu modo.



Só para fazer a síntese inclusive do que a senhora coloca, quero dizer que, na minha avaliação, o pacto foi assinado num momento em que houve apenas uma assinatura. É isso o que eu quero que a senhora não interprete de outra maneira. Pacto, na minha avaliação, é algo construído pelas partes, e parece-me que a CPI trouxe um documento, trouxe uma série de compromissos e pediu que o Presidente da época assinasse, e ele assinou. Imagino que tenha sido assim.

Acho muito difícil e até impossível que uma comissão da CBF, formada por advogados, formada por especialistas em *compliance*, tenha se debruçado sobre o pacto e o elaborado em conjunto, porque não sairia esse. Hoje, não sairia, com certeza. Nós não aceitaríamos esse pacto com essas características.

Eu não sei como ele foi feito, mas, na minha avaliação, ele não foi feito nos moldes que seria mais adequado, inclusive, para a criança e para o adolescente. Ele foi feito de maneira mais política, que tem a sua dimensão do lado de quem assinou. Não estou dizendo em relação à CPI, mas, se é preciso assinar um pacto, se é preciso assumir o compromisso, vamos fazê-lo.

Eu vou dar um exemplo. Hoje existe um pacto pelo esporte. Não sei se a senhora tem acompanhado, mas as empresas do Brasil se articularam para cobrar o patrocínio oferecido por essas empresas em relação às entidades desportivas do Brasil. Só poderá ser feito se as entidades esportivas cumprirem 400 itens. Quatrocentos itens! Então, Itaú, Gol, Mastercard, AMBEV só vão destinar patrocínio privado se essas entidades esportivas — o COB deve estar acompanhando isso — tiverem cumprido esses compromissos. Esse é um pacto elaborado em conjunto.

Então, a minha avaliação, apesar de eu não saber a maneira como foi feito, é a de que não foi um bom resultado, e eu pude discriminar ponto a ponto seus equívocos.

Deputada Erika, ao mostrar os equívocos do pacto, a intenção não é não aceitar o pacto, não é desqualificá-lo. Esses equívocos foram cometidos, e é melhor haver a tradução desse fato. Cometeram-se equívocos e, mesmo com os equívocos, a senhora mesmo reconheceu o nosso esforço de tentar mostrar o que foi feito. Foi muito mais do que dois itens possíveis, legais, constitucionais. Todos os outros que não foram realizados extrapolavam as condições. Por exemplo, a senhora falou das cartilhas. Tivemos duas audiências no Ministério das Relações Exteriores para tentar



ver o que poderíamos fazer junto com o Ministério de Relações Exteriores e o Ministério da Justiça em relação ao tráfico. Resposta do Ministério: nenhuma. Então, nós aguardamos, para depois dizer o seguinte: já que nada vai ser possível fazer com o Poder Executivo, nós vamos fazer as cartilhas, que é o que nos cabe. Parece-nos muito pouco. Nós queríamos fazer mais. Não vai dar o resultado que nós sonhamos, a não ser o cumprimento do pacto, o cumprimento daquele item.

Nós não queremos mais isso. É isso o que eu estou dizendo para a senhora. Nós gostaríamos de fazer algo que, efetivamente, pudesse ser realizado. Naquilo que foi assinado, a avaliação da CBF hoje é de que nós fizemos bastante, bem mais do que dois itens. Os que não foram realizados estavam fora do escopo de competência da CBF, ou eram dos clubes, ou eram de outras instituições públicas ou privadas. O que era da CBF foi correr atrás do problema, correr atrás de um equívoco na assinatura de um pacto que, na minha avaliação, neste momento, eu sugiro que seja refeito a várias mãos, sob o comando do Deputado Roberto Alves.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Se V.Exa. me permite, Deputado Roberto Alves, apenas a bem da verdade, as coisas não se deram assim como foi falado. A CPI tinha algumas preocupações com fatos novos que outras CPIs não abordaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Só 1 minutinho, Deputada.

Eu quero anunciar a presença aqui do Deputado Goulart, que já está saindo.

O SR. DEPUTADO GOULART - Obrigado, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Também há a questão dos grandes eventos. Nós tínhamos uma preocupação muito grande com os grandes eventos: Copa das Confederações e Copa do Mundo. E nós tínhamos a preocupação de que o Brasil se preparasse para os grandes eventos. Nesse sentido é que foi feita esta agenda, agenda de convergência. Inclusive foi uma agenda que reuniu inúmeros representantes das Unidades da Federação. Todos os locais, todas as Unidades da Federação que iriam sediar jogos da Copa participaram de um processo de construção de uma agenda, uma agenda de proteção das crianças e dos adolescentes. Ali, discutiu-se o horário de escola, discutiu-se acionar a rede de proteção, discutiu-se onde estaria o Conselho Tutelar, enfim, discutiu-se uma série de coisas. Acho que foi uma experiência muito exitosa. Nós estivemos aqui com a



Ministra de Direitos Humanos à época. Fizemos também um seminário com todas as Unidades da Federação, com os seus representantes, que iriam sediar jogos da Copa, para uniformizar um processo de proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes. E nós dizíamos sempre que preparar o Brasil não é só dotá-lo de rede, de infraestrutura hoteleira ou infraestrutura de transporte, é proteger as crianças e os adolescentes.

Há experiências muito exitosas, por exemplo, na Bahia, que realiza grandes eventos como o carnaval. Isso foi discutido. E dali se tirou esta agenda de convergência. Eu acho que foi uma boa iniciativa. E nós temos muita alegria de que a CPI tenha participado disso. Nós tínhamos uma preocupação acerca da Copa. A CPI terminou em 2014, e a Copa se aproximava. Nós queríamos fechar essa agenda e trabalhamos para isso. Acho que fomos bem-sucedidos no que diz respeito aos direitos de crianças e adolescentes e ao combate à violência sexual.

Nós apresentamos uma proposição para a CBF, através do seu Presidente. Não foi essa proposição que foi assinada. É por isso que eu digo que houve uma construção. Eu não sei o nível de autoritarismo ou de democratização que existe dentro das estruturas da CBF — não posso falar sobre isso.

O SR. WALTER FELDMAN - Hoje eu respondo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim. Mas o que eu digo é que isso não foi assim: que nós levamos uma proposição e que ela foi assinada. O que houve foi um processo construído. E foi assinado sem divulgação. Não houve uma tentativa de divulgar que estava sendo assinado e tal — não houve isso. O que houve foi uma tentativa de proteger, dentro de outras ações, como a agenda de convergência, de outras ações, como foram os comitês...

O Brasil construiu vários comitês onde iria haver jogos da Copa, comitês multissetoriais, para poder fazer esse enfrentamento. Houve uma discussão, uma discussão muito rica. E o que nos causa tristeza é o fato de ter sido assinado um pacto pela própria CBF, e esse pacto depois ter sido ignorado.

E agora o senhor vem aqui e explica uma série de coisas e se compromete a fazer uma discussão que acho que é o saldo, o sumo que se tira disso. Além das convicções que se formaram, as opiniões que levaram a convicções, além disso, o sumo desta audiência pública é que possamos sentar — esta Comissão do Esporte,



a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente — e possamos construir uma proposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Podemos sentar: a Comissão do Esporte, a Comissão de Direitos Humanos, a Frente Parlamentar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O UNICEF eu acho importante sentar, porque tem esse trabalho; o Ministério também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - UNICEF e quem mais quiser se inscrever.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Isso é importante.

O SR. WALTER FELDMAN - E a CBF vai indicar o Marco Aurelio Klein.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Ex-Ministro.

O SR. WALTER FELDMAN - Ex-Presidente da ABCD, representante nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Está bom, então.

Secretário, quer dizer mais alguma coisa? Pode fazer suas considerações.

O SR. WALTER FELDMAN - Muito obrigado. Quero agradecer, só agradecer.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O representante do UNICEF gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Pode falar, por 2 minutos.

O SR. AUGUSTO LEPRE DE SOUZA - Boa tarde. Estamos no final da tarde já, passamos o dia aqui nessas discussões. Deixem-me apresentar-me. Meu nome é Augusto, eu sou oficial de programas da UNICEF no escritório aqui em Brasília. Não trabalho com a Deputada Erika Kokay, eu a conheci hoje, para ser bastante sincero.

Estive no evento na CBF no começo deste ano, a convite do Diogo Netto, responsável pela área de responsabilidade social da CBF, então já vinha num diálogo com a CBF há algum tempo de alguma maneira.

Acho importante mencionar que o UNICEF tem trabalhado e acompanhado isso de uma maneira muito técnica. O UNICEF está em 190 países; está no Brasil há 50 anos. Somos uma organização internacional, parte das Nações Unidas, completamente apartidários.



Nossa contribuição é técnica, muito inspirada no que acontece na Premier League, na Federação inglesa, nos campeonatos na Alemanha. Nós temos escritórios UNICEF em todos esses países, então o nosso diálogo é regional e é internacional também. O nosso escritório regional no Panamá tem acompanhado as discussões. Temos diálogos com a UEFA.

Então estamos também aprendendo em várias outras frentes, e o Brasil é um case muito especial, sobretudo por causa dessa pesquisa que depois eu posso compartilhar em PDF com todos os senhores e que se chama A infância entra em campo. A colega do CEDECA a apresentou de alguma maneira, ela tem um vídeo no Youtube, de 8 minutos, que vale muito a pena ver.

Eu queria só deixar muito bem pontuado que o UNICEF está aberto para dialogar com todas as organizações, com a Deputada Erika Kokay, sobre esse projeto de lei, para que possamos contribuir tecnicamente com o Deputado Roberto Alves, com a CBF, e com todos os outros atores e atrizes envolvidos no processo, com um olhar técnico sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, sobre a Constituição Federal, sobre o que acontece no Brasil nesse cenário, sobre o que acontece lá fora, para vermos como podemos melhorar a garantia de direitos de crianças e adolescentes a partir daí.

O SR. WALTER FELDMAN - Só queria lembrar, Deputado, que eu assinei, com o UNICEF, um convênio com a Secretaria de Esportes e Lazer do Município de São Paulo, para criar o primeiro programa de esporte educacional, o Programa Clube Escola. O UNICEF foi muito importante. Digo isso só para a Deputada Erika Kokay saber que temos um pouco de história também nesse campo social. Eu sou autor da Lei da Criança e do Adolescente da cidade de São Paulo, juntamente com a Deputada Luiza Erundina. Então, não estou chegando agora. Tenho nome e sobrenome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu queria as considerações finais também do Alê Montrimas.

O SR. ALEKSANDER MONTRIMAS - Estou aqui acompanhando e ouvindo atentamente a Deputada Erika Kokay, o Dr. Walter Feldman e demais oradores.

Foram colocadas aqui algumas questões, como a cartilha. O que eu posso falar é sobre a parte de prevenção dessa atuação e sobre o esclarecimento aos pais. Quero colocar totalmente à disposição esta experiência de 20 anos vividos dentro do futebol,



para que esse programa de prevenção seja feito. Todos têm que entender muito bem os vários tipos de abuso e de aproximação que acontecem no meio do futebol, no meio do esporte em geral. Não adianta nós fazermos algo genérico em relação à situação. Obviamente, não é intenção de ninguém, mas temos que, realmente, entender a fundo o papel dos pais nessa caminhada, e, principalmente, como o atleta vê essa situação, de que maneira o jovem, a criança, o adolescente vê essa situação de assédio, abuso e exploração sexual no futebol.

Coloco à disposição o Sindicato de Atletas de São Paulo para participar da criação de qualquer campanha que possamos fazer. Como o Deputado falou, nós temos que construir isso juntos, com a participação de todos, para que possamos chegar a um nível de excelência em prevenção que, realmente, diminua os casos de assédio, abuso e exploração sexual no esporte.

Repito: não são casos esporádicos. Enquanto nós falamos aqui, casos estão acontecendo, como disse a Joanna Maranhão. Estamos aqui lutando para que, cada vez mais, esses abusadores que estão em volta se sintam inibidos de chegar perto dos atletas no Brasil. Chega! Vamos dar um basta!

Hoje foi um dia importante para todos, porque se iniciou, realmente, uma conversa firme, com atitude. Eu acho bacana haver divergências de opinião porque aí nós poderemos chegar, realmente, a uma solução, a algo palpável, para tomarmos uma decisão.

Obrigado a todos. E boa sorte nesta nossa caminhada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu é que agradeço, Alê. Um abraço a você. Felicidades!

Eu quero registrar a presença do Lúcio Rogério, Assessor Parlamentar da Associação Brasileira de Academias.

Tem a palavra o Dr. Alberto Murray Neto, para suas considerações finais.

O SR. ALBERTO MURRAY NETO - Mais uma vez, Deputado, agradeço o convite que foi feito ao Comitê Olímpico do Brasil. Trago aqui, mais uma vez, os respeitos do Presidente Paulo Vanderley.

Quero dizer que hoje, de fato, nós temos um novo Comitê Olímpico, com novas perspectivas, e um Conselho de Ética funcionando de forma independente, que vai



trabalhar junto com todas as entidades para acabar com essa questão do assédio no esporte.

Parabéns pela iniciativa!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu é que agradeço a presença do senhor aqui.

Tem a palavra, para as considerações finais, o Dr. Leonardo Andreotti Paulo de Oliveira.

O SR. LEONARDO ANDREOTTI PAULO DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, faço coro às palavras anteriormente ditas no sentido de agradecer o convite formulado ao Comitê Brasileiro de Clubes, uma entidade nova no Sistema Nacional do Desporto, integrante desde 2011, mas que já alcança uma relevância no cenário esportivo ao propiciar também, por parte do Comitê, o engajamento na luta contra as questões aqui tratadas.

O CBC estará sempre à disposição desta Casa e de todos aqueles que se engajam nesta luta constante contra o abuso da violência sexual no esporte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Doutor, eu é que lhe agradeço a presença.

Agora tem a palavra a Lara Denger Videira;

A SRA. LARA DENGGER VIDEIRA - Quero agradecer, novamente, em nome do Ministro Leandro Cruz e do Secretário de Futebol, André Argôlo, e deixar as portas do Ministério do Esporte sempre abertas para dialogar sobre um assunto tão importante como o combate ao abuso e à exploração sexual dos nossos atletas no que toca ao futebol, no que toca às outras modalidades esportivas. Estamos abertos ao diálogo, ao fomento a este debate, para encontrarmos uma solução.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu é que agradeço a presença à senhora.

Gostaria de passar a passar à Sra. Helga Jucá, para suas ponderações finais.

A SRA. HELGA JUCÁ - É uma satisfação a Secretaria ser convidada para vir a esta Comissão debater um tema tão importante como o da proteção à criança e ao



adolescente no que diz respeito à violência sexual. Trabalhamos com isso, com a violência doméstica, enfim, com todo tipo de violência contra a mulher.

Como disse a Joanna, é importante denunciar, inclusive no 180. É importante o trabalho psicológico a ser feito com cada pessoa denunciada. Também trabalhamos isso na Secretaria.

Gostaria de finalizar dizendo que é uma honra para a Secretaria ter participado deste evento desta Comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu é que agradeço à senhora a presença.

Nada mais havendo a tratar, quero agradecer a presença de todos os senhores e senhoras. Agradeço também a presença à *TV Câmara* e a todos os funcionários, todos os assessores que aqui estiveram conosco.

Convoco os nobres Parlamentares para uma reunião deliberativa ordinária que será realizada amanhã, dia 16 de maio, às 14 horas, neste mesmo plenário.

Está encerrada a presente reunião.